

5. A natureza da integração 3

as massas rurais e o processo político brasileiro

Shepard Forman

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A natureza da integração 3: as massas rurais e o processo político brasileiro. pp. 163-235. ISBN: 978-85-7982-002-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

5. A Natureza da Integração 3: As Massas Rurais e o Processo Político Brasileiro

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido.

Buarque De Holanda (1936)

“Conseqüentemente, tudo parece assegurar, no futuro, à autoridade central, um triunfo definitivo sobre as forças centrífugas do provincialismo e do localismo.” Esta foi a previsão de Oliveira Vianna, em 1933, em um revelador epílogo de uma única linha em sua fascinante história social e política, *A Evolução do Povo Brasileiro*. Escrita em época na qual uma “revolução” liberalizante oferecia promessas de uma democracia popular a um setor médio emergente, este trabalho e os subseqüentes do arguto cronista das massas brasileiras (por ele denominadas povo-massa) são das mais marcantes pelo que representam de informação adicional sobre o desdobramento do processo político brasileiro. Pois Oliveira Vianna não se limita a registrar, com engenhosidade e percepção, a estrutura social e os componentes culturais que impedem o desenvolvimento da democracia no Brasil. Mas em sua interpretação dos fatos ecoa a ambigüidade fundamental, ao mesmo tempo liberal e elitista, que tem perseguido os pensadores políticos desde a fundação do Império.

A questão elite versus massa é uma das obsessões principais da história política brasileira, apenas rivalizada em intensidade por outro tema, intimamente relacionado, que é o da centralização versus autonomia local. Observei, no capítulo dois, que as unidades econômicas e políticas estabelecidas no sistema colonial de concessão de terras (as sesmarias) propiciaram, no início, uma transição suave para o controle local pelos proprietários de terra, em lugar do controle centralizado pelos representantes da Coroa na colônia do Novo Mundo. Não obstante, daí surgiu o problema que, por séculos, jogou os centralistas contra os localistas no Brasil, numa prolongada batalha pelo controle do aparato administrativo e legal da municipalidade, da província e da nação.

Nos períodos colonial e imperial, e mesmo já na Primeira República, esta luta não chegou às proporções de um conflito setorial, sendo apenas um

delicado jogo político com vistas à determinação de qual grupo governaria: se as elites do centro ou as da periferia.¹ O Poder oscilava de uma para outra, às vezes favorecendo o lado da unidade nacional, outras vezes os proponentes de um localismo extremo, mas, na maior parte do tempo, permanecendo nas mãos dos interesses agrários provinciais. Na medida em que a concessão e a conciliação eram as normas prevaletentes, as elites agrárias e comerciais se guiavam atentamente por uma série de normas pelas quais a política era preservada cuidadosamente como *seu* domínio, excluindo-se as massas de trabalhadores urbanos e rurais. Ocasionalmente, uns poucos novos participantes eram aceitos, para fazer pender a balança de poder em favor de um ou de outro segmento das elites. No entanto, foi somente após 1930, quando a urbanização propiciou a ascensão de um setor médio provido de voz alta, que a participação das massas na política se tornou realmente uma preocupação no Brasil. Mesmo assim – ao oposto da extensão – o *significado* daquela participação merece uma investigação cuidadosa.

As elites brasileiras, agrárias ou comerciais, sempre adotaram uma atitude tutelar com relação às massas urbanas e rurais que alistavam em suas lutas políticas. A despeito de uma série de constituições liberais que tentaram conformar o Brasil aos moldes franceses, ingleses ou americanos, a participação democrática sempre foi ilusória. A inclusão cumulativa das massas no processo político não justifica, de maneira alguma, a frequente presunção de que uma democratização do sistema político brasileiro era iminente na tumultuada década que terminou com o golpe militar de abril de 1964.² A inclusão e a exclusão são palavras que melhor descrevem o processo de manipulação das massas brasileiras pelos verdadeiros participantes deste sistema político basicamente autoritário. Como veremos adiante, o proletariado urbano que Getúlio Vargas moldou em uma massa política não foi criado com intenção de falar por si próprio: e quanto ao trabalhador rural este nem podia falar.

Os camponeses e trabalhadores agrícolas brasileiros há muito estão sujeitos a uma política de dependência. Como observei no capítulo 2, o

¹ Como veremos, este tema aflora sob vários aspectos ao longo da história do Brasil. Exceto em uns poucos casos, como em suas primeiras manifestações na hostilidade entre os fazendeiros e os comerciantes portugueses, a questão tende a ser retórica.

² Ver, por exemplo, Skidmore (1967:xv); Love (1970:3); Dulles (1968:53ff.).

reconhecimento dos direitos de propriedade sobre escravos, em contraposição aos direitos jurisdicionais sobre populações nativas residentes, permitia mais uma relação econômica do que propriamente uma relação político-legal entre o proprietário da terra e o trabalhador, o que estabeleceu o padrão para a forma de controle social que desde então caracteriza a estrutura social brasileira. Neste sistema o poder político era uma consequência a derivada da propriedade de terra, e, através dessa, fazia-se o recrutamento de dependentes cujos contratos de trabalho estipulavam serviços adicionais em benefício do proprietário. Uma dimensão social e cultural foi superimposta às relações econômicas básicas encobrindo a assimetria das trocas econômicas. A submissão, o sentido de dever e um profundo senso de lealdade eram as contribuições do camponês para os contratos diádicos, que tinham, caracteristicamente, muito pouco conteúdo político.

Aliás, até bem recentemente, estas relações interacionais entre padrões e dependentes (e o sistema cultural que as reforça) serviram para impedir uma ação política significativa entre os camponeses brasileiros, fenômeno que vou analisar, com certa extensão, no próximo capítulo. Por enquanto, gostaria de examinar a história das lutas entre as elites pelo poder político, lutas essas que contribuíram significativamente para o processo através do qual os camponeses começaram a se fazer ouvir. Estes “altos e poderosos senhores” (Sodré 1967:211) — os patriarcas do período colonial, a enobrecida burguesia cafeeira do Império, as oligarquias dirigentes da República Velha e os agroindustrialistas da Nova República — exerceram o poder sobre as massas rurais, tanto na forma de autonomia local, quanto através do controle sobre a autoridade legalmente constituída em seus respectivos municípios. A natureza de sua luta política em qualquer momento histórico define sempre a natureza da participação política camponesa.

Obviamente, há continuidade no modo pelo qual os camponeses se viram ligados à política nacional no curso da história brasileira. A política de dependência e as ideologias que dela derivam e lhe dão significado podem ser identificadas nos períodos colonial, imperial e republicano, e até mesmo nos dias de hoje, no que Schmitter apropriadamente apelidou de período de “portugalização” – (1971b). Não obstante, incorreríamos num grave erro se simplesmente encolhêssemos o tempo histórico e

colocássemos um conjunto de relações “tradicionais” – tipo patrão-cliente – como padrão abstraído de tempo contra o qual se mediriam as mudanças.³

Estas relações tradicionais são usadas até hoje por antropólogos como uma categoria descritiva de uma série de observações relativamente neutras sobre as interações hierárquicas e diádicas. Elas foram tomadas de empréstimo por cientistas políticos como base sobre a qual poderiam construir um novo paradigma, que acreditam poder usar como um poderoso modelo explanatório para certos tipos de sistemas políticos e de mudança política (Powell 1970; Scott 1972a). Por exemplo, em sua análise da dinâmica da ação política no Sudeste da Ásia. Scott observou:

... quando deixamos o domínio do conflito de classe ou do comunalismo, é provável que nos coloquemos no domínio dos grupos de poder informais, grupos ou facções centrados em liderança, e toda uma panóplia de ligações mais ou menos instrumentais que caracterizam uma grande parte do processo político no Sudeste da Ásia. A estrutura e a dinâmica de grupos aparentemente *ad hoc*, pode, acredito, ser melhor compreendida se vista da perspectiva das relações patrão-cliente. O padrão básico é um aglomerado informal composto de uma figura poderosa, que possui meios de dar segurança e o dom de persuadir (ou ambas as coisas) os seus seguidores pessoais, que, em troca de tais benefícios, lhe oferecem a sua lealdade e a sua assistência pessoal aos desígnios do patrão. Este padrão vertical de vínculos patrão-cliente representa um importante princípio estrutural na política no Sudeste da Ásia... Embora a análise da relação patrão-cliente nos proporcione uma base

³ Incorri no erro de omissão de quatrocentos e cinquenta anos de história política brasileira quando escrevi: “Tradicionalmente, os camponeses brasileiros participaram de maneira secundária no processo político ao trocarem o seu voto pelo favor de um patrão. O camponês estava ilhado das pressões do mundo exterior pela atitude de ‘noblesse oblige’ do senhor da fazenda. A comunicação não era direcional, ela perpassava as rígidas linhas da hierarquia social. Eram poucas as alternativas para as massas rurais em matéria de linha de ação. As queixas só podiam ser expressas ao patrão ou então por meio de rebelião declarada. O recente movimento político camponês no Brasil é, ao menos em parte, uma tentativa de abertura de novas linhas de comunicação onde talharam os padrões tradicionais” (1971:5). Obviamente, uma caracterização tão superficial não descreve, de maneira adequada, a natureza de um sistema “tradicional”, ou os processos de mudança e de integração que ocorreram ao longo da história do Brasil. Nesta presente tentativa, não tenho pretensões a fornecer uma historiografia cuidadosa, mas estou simplesmente buscando uma interpretação temática da luta entre as elites e a consequente inclusão das massas no processo político.

sólida para a compreensão da estrutura e da dinâmica das clivagens não primordiais no nível local, o seu valor não fica restrito aos estudos de aldeias (1972:92).

Na minha opinião, pode se conseguir uma explicação mais ampla através do exame da natureza mutável do sistema político, mais do que através de uma análise do conteúdo das relações patrão-cliente em si, especialmente quando estas estão frouxamente caracterizadas. Resumindo, acredito que temos de focalizar o processo político numa perspectiva histórica ampla ao invés de nos preocuparmos com relações interacionais diádicas (embora seja necessário um exame de seu conteúdo, se quisermos compreender a dimensão cultural e ideológica desses sistemas de relações, já que eles realimentam a ação política, como veremos a seguir).⁴ Pois, como já observei antes, as relações patrão-dependente adquirem uma forma diferente e servem a funções bem diferentes em cada época histórica, já que a própria constelação de elementos sociais, econômicos e políticos que as alimentam vai se transformando. Como um exemplo, as relações patrão-dependente só se transformam em relações patrão-cliente quando o camponês é confrontado com uma escolha entre benfeitores em potencial, que lhe oferecem benefícios diferentes pelos serviços prestados (de Kadt 1970:23). No caso brasileiro, como veremos adiante, esta transformação se generalizou apenas no período republicano, quando as políticas eleitorais começaram a instilar no sistema político um relativo grau de competição.⁵ Para a compreensão daquele conjunto de acontecimentos é preciso examinar a diferenciação dos setores de elite do sistema social e a transformação da base constitucional do Estado brasileiro em momentos históricos diferentes. A relação patrão-cliente é um interessante fenômeno estrutural e cultural, mas não pode gerar *em si* um sistema político nem adequadamente começar a descrevê-lo. Na minha opinião, o sistema de

⁴ Para uma análise das formas de legitimidade, em processo de mudança, dentro da “díade” patrão-cliente, ver Scott (1972b; 1973).

⁵ Ao mesmo tempo, os intermediários tendem a interceder entre patrões e clientes, frequentemente manipulando em seu próprio benefício os recursos administrativos que são colocados a sua disposição. Deste modo eles podem tornar-se patrões menores, embora estejam acorrentados a um sistema onde permanecem subordinados à autoridade da classe dominante e no qual está fora de seu alcance um avanço real. E neste ponto que o faccionalismo aparece como uma outra expressão local do objetivo competitivo de tais recursos; e o próprio faccionalismo é modificado, posto de lado, e em última análise destruído na medida em que o sistema de vantagens é regulado de fora.

distribuição dentro do sistema social é muito mais importante do que o conteúdo das trocas específicas que são geradas dentro dele. Qualquer que seja a relação patrão-dependente, patrão-cliente, mediação estas formas de troca simplesmente representam o modo de dispersão dentro de um sistema político num tempo determinado.

As mudanças que ocorreram na política rural do Brasil durante a Segunda República, principalmente a aparição do populismo, têm de ser encaradas não somente como uma quebra das “formas tradicionais de alinhamento social” no nível local, mas como um processo *incremental* dentro de um sistema político nacional no qual o controle agrário sobre o Governo estadual e nacional, sobretudo no que se refere aos ramos executivos, começou a ser seriamente ameaçado pela emergência de novos setores poderosos. Nos períodos colonial e imperial, o Brasil se caracterizou por um tipo peculiar de homogeneidade de classe entre as elites rurais. Havia um mínimo de conflito de interesses entre os empresários agrários, até que o centro real do poder começou a se transferir da economia açucareira do Nordeste para a lavoura cafeeira do Sul, já no fim do Império. A queda dos preços do café no mercado internacional em 1929 causou outras transições de poder, que passou das mãos dos barões do café para uma nova elite, a industrial, que se revelou ciosa de seus interesses e consciência de sua situação, já nas primeiras décadas deste século. Por sua vez, iniciou-se um processo de mobilização e de redefinição da ação política que conduziria aos movimentos políticos de massa que transfiguraram os sistemas sociais e políticos tanto no nível local quanto no nacional.⁶ Estes movimentos serão descritos adiante, ainda neste capítulo.

Devemos concentrar a nossa atenção não nos conjuntos de relações diádicas que caracterizam as políticas de dependência, mas sim na constituição da oligarquia, na importância dos postos de governadores como centros de poder rural, na expansão do sistema eleitoral, e na

⁶ “No Brasil a massificação não representa a fragmentação daquelas classes que são as detentoras de uma tradição política e ideológica mas sim a incorporação à vida urbana e ao processo político de um estrato popular do interior e do campo. Portanto a massificação não significa a dissolução de uma lealdade coletiva daqueles setores já integrados no processo industrial, através da ampliação de sua capacidade de consumo e das técnicas de manipulação. Ao contrário, contribui para a dissolução de lealdades para com os empregadores tradicionais nas áreas rurais” (Weffort 1970:395). Ver também Weffort (1965:164).

distribuição de favores em troca de votos no nível local. A análise da ação política deve ser colocada, na perspectiva de um conjunto dinâmico de processos históricos. Ao longo do exame, vou tentar responder a uma pergunta básica: qual é o impacto dos diferentes tipos de sistemas políticos – por exemplo, regimes de representação parlamentar limitada versus regimes burocráticos não representativos – sobre a ação e o comportamento político no nível local? O pressuposto subjacente é que a política brasileira em nível local é tanto um reflexo quanto uma resposta às mudanças sociais, econômicas e políticas nos níveis nacionais e internacionais. É a interação entre os níveis local e nacional que me interessa aqui. Mesmo para o antropólogo, a “não-política”⁷ das aldeias (Riegelhaupt 1972) parece trivial quando comparada à enormidade da crise política nacional no Brasil contemporâneo.

Dadas as realidades da política brasileira ao decorrer dos séculos, talvez o melhor denominador comum para a nossa análise seja o município, o centro administrativo local e as suas redondezas. Na realidade, é em torno da distribuição de recursos entre as elites comerciais (depois industriais) e agrárias que se têm disputado a batalha entre as forças do centralismo e do localismo, e é pelo controle destes recursos, antes dispersos, que a luta política local se faz. Sendo o local de muitos destes acontecimentos na história do Brasil, o município espelha a estrutura de poder no Estado brasileiro.

Por exemplo, durante o período colonial, a política a nível municipal continha um elemento decisivo crucial que afetava o bem-estar dos

⁷ A referência à “não-política” neste momento é essencialmente à natureza relativamente sem consequência do processo decisório como frequentemente ocorre no nível de cidade pequena. Sou reconhecido a Paul Friedrich e a Suzanne Berger pela observação que fizeram, isto é, que a distinção entre política (os componentes do poder, os componentes da elaboração de linhas políticas) e a não-política (governo como administração), distinção esta frequentemente aperfeiçoada nos trabalhos antropológicos, é provavelmente enganosa na medida em que o comportamento político camponês sob a forma de ação aberta geralmente ocorre como uma resposta a algum ato administrativo específico (tais como regulamentos de mercado e impostos). Além do mais, o que estou descrevendo na narrativa histórica que se segue e a tremenda atividade *política* a nível local – caciquismo, repressão, caça aos votos etc. De fato, se o epílogo deste capítulo descrever corretamente as tendências em direção ao desenvolvimento de um Estado administrativo e a um Governo federal receptivo às reivindicações de um povo subjugado, então aí poderemos esperar mais, não menos, atuação política a nível local.

detentores-de-poder locais, tornando o conselho municipal o foco de considerável conflito.⁸ No Império, por outro lado, o papel do Governo municipal tornou-se progressivamente administrativo, e as elites se permitiram ser cooptadas nas fileiras imperiais, onde as rédeas do poder se encontravam bem seguras. Já na Primeira República, a “autonomia municipal” tinha-se tornado uma frase sem sentido, refletindo pouco mais do que a autoridade sem rédeas dos patrões locais na administração de recursos provenientes do Estado, e, mais tarde, de sucessivos governos federais. A dependência municipal tornou-se a ordem do dia.

Voltando à nossa discussão inicial da inter-relação entre o localismo versus centralismo, e a elite versus massa, esta mudança no “locus” do poder teve como consequência a incorporação das massas rurais ao processo eleitoral. Enquanto nos períodos colonial e imperial houve uma mobilização de senhores armados na luta pela supremacia entre as elites rurais, o advento da República foi testemunha do despontar da mobilização eleitoral, primeiro na busca de favores oligárquicos, e depois por um esforço determinado de eleger aliados políticos e também como um antídoto às forças sociais, urbanas e industriais que começaram a ameaçar mesmo a hegemonia local da classe proprietária.

A exclusão do voto urbano e comercial durante todo o período colonial cedeu lugar, no fim do Império, à violenta investida “liberal” por parte de um setor médio urbano que, dando as costas à população rural, substituiu a exigência anterior de renda e propriedade como condições do seu voto por uma nova exigência baseada na alfabetização. Dada a natureza do sistema social e econômico do Brasil rural, e, particularmente, o estado da educação, a extensão do direito de voto viria, em tal contexto, inevitavelmente favorecer o setor urbano, a não ser que os patrões rurais pudessem encher suas listas eleitorais com crescente número de clientes. Do ponto de vista dessas elites agrárias, a conseqüente mobilização de eleitores representou uma nova configuração de velhos padrões de dependência política, pelo qual o voto substituiu a bala. Não obstante, a atividade política intensificada que resultou da competição entre as facções rivais, agindo em nome de uma multiplicidade de partidos (todos com bases estaduais e

⁸ As relações presentes no interior da cidade administrativa ou entre ela e remotos vilarejos constituem o centro de interesse da maioria dos estudos antropológicos sobre comunidades no Brasil. Poucos se concentram nas fontes de poder dentro daqueles municípios.

controlados pessoalmente), contribuiu de modo significativo para o processo de ruptura da velha ordem patrimonial.

Estimulados pelo apelo dos líderes populistas, e sem a possibilidade de satisfazerem seus anseios através de relacionamentos interpessoais locais ou da estrutura partidária, os camponeses e os trabalhadores rurais começaram a intensificar o ritmo e o volume de suas reivindicações, expressando-se através de sindicatos e de ligas camponesas com bases urbanas (Forman 1971). É este processo de “massificação” – e não de democratização – dos processos políticos, que levou, em grande parte, ao golpe de estado militar (a revolução “redentora”) de 1964, ao termo do sistema eleitoral a nível estadual e nacional, e à resultante reintegração da sociedade rural a um novo tipo de regime oligárquico, capaz de administrar as regras do governo central autoritário até os confins da nação.

Embora ainda seja muito cedo para saber, é possível que o Governo militar tenha decapitado a hidra agrária que infestou a política brasileira nos últimos quinhentos anos. Embora as aparências indiquem o contrário, o Governo não restaurou a hegemonia da classe rural proprietária, agora reencarnada como um estabelecimento corporativo em que a empresa agrária e o *entrepreneur* comercial se tornaram um só. Em vez disso e através de uma série de decretos federais, o Governo militar demonstrou sua intenção de atuar ativamente nos negócios das municipalidades e de intervir, com todos os seus bem-colocados poderes judiciais e políticos, sempre que os interesses locais ameaçarem a administração adequada de seus programas.

Além disso, ao continuar a permitir que as massas rurais elejam os prefeitos que administram estes programas, o Governo está se mostrando sensível, até certo ponto e pelo menos teoricamente, ao eleitorado rural. Talvez esteja, inadvertidamente e pela primeira vez, abrindo caminhos para a participação direta do camponês na vida política nacional. De sua parte, a nova estirpe de elites proprietárias de terra já indicou que prefere a riqueza ao poder. Ao concordarem com a intervenção direta do Governo em assuntos locais, e ao trocarem sua hegemonia pelo direito de prosperar em paz e harmonia no campo, talvez estejam finalmente reconhecendo a possibilidade de uma profunda transformação na vida política do Brasil rural.

Da Monarquia à República: a Formação da Oligarquia

O processo político brasileiro teve como seu “locus” inicial os *conselhos de município*, que foram estabelecidos como centros administrativos dentro do sistema original de sesmarias, e são, de várias maneiras, a primeira chave para a compreensão do desenvolvimento político no Brasil. A narrativa que se segue tem por objetivo elucidar a sua estrutura e função diante das tendências dominantes no sistema social nos períodos colonial e imperial.

A sociedade colonial portuguesa no Brasil era inicialmente composta por uma classe alta rural, constituída pelos beneficiários das sesmarias e suas famílias; por uma pequena “classe média”, composta por comerciantes portugueses, geralmente cristãos-novos, alguns funcionários administrativos e o clero; e uma enorme classe baixa, composta por escravos e homens livres, ligados às lavouras através uma variedade de acordos de concessão de terra (Riegelhaupt e Forman 1970). Ao longo do período colonial, as massas rurais, os comerciantes e os servidores dos centros municipais em formação sistematicamente excluídos dos assuntos de Estado. Estas eram prerrogativas, em grande parte, dos patriarcais, que exerciam o seu domínio através dos conselhos municipais, estabelecidos e legitimados pela Coroa portuguesa, e às vezes através de petição direta ao Rei, em Lisboa.

Apesar da natureza absolutista da monarquia, as realidades ecológicas da colônia nos trópicos distantes estimulavam a autonomia local.⁹ Como escreveu um observador, “... a eficácia do sistema central de Governo no Brasil colonial era mínima, e para todos os fins práticos o poder do Rei cessava nos portões das grandes propriedades” (de Kadt 1970:14). Estas propriedades, empenhadas na produção de açúcar para o mercado europeu, eram em grande parte em decorrência de seu isolamento autossuficientes social e politicamente. A autoridade que a Coroa tinha inicialmente investido no *capitão-mor*, como chefe de uma capitania administrativa que agrupava diversas sesmarias, e mais tarde na pessoa do Governador-Geral, foi rapidamente minada pelo poder dos próprios beneficiários das concessões de terras. As sesmarias se transformaram em

⁹ Nancy Naro observou que uma análise cuidadosa da transformação das elites comerciais “nativas” em um setor econômico autointeressado, através dos filhos das elites proprietárias de terras é uma necessidade. Ela está atualmente realizando uma pesquisa sobre problemas correlatos no Nordeste brasileiro.

propriedades senhoriais, de feudos pessoais de potentados aristocráticos, “que possuíam todas as condições de poder soberano” (Oliveira Vianna 1933:216).¹⁰

A base deste poder discricionário estava localizada nas relações internas características das lavouras de escravos, onde, segundo Gilberto Freyre, os três símbolos dominantes da vida rural brasileira o engenho de açúcar, a casa grande e a capela também eram encontrados (1964: 159).¹¹ O patriarca rural, enriquecido com a produção de açúcar, sobrepujou vice-reis, bispos, e até mesmo o governador, em riqueza e opulência. Ele era

... senhor, patrão, e virtualmente um deus temporal em sua família e dentro dos limites de influência do engenho. Ele era pai, marido, senhor de mulheres e filhos, o supervisor principal de arrendatários e de escravos, e líder absoluto de um séquito diversificado de seguidores. (*Ibid.*, 161).

Dentro dos limites de sua propriedade e daquelas pertencentes a seus aparentados, que frequentemente eram mantidos dentro do patriarcado através de casamentos entre primos, o *pater familias* era soberano. Não havia qualquer desafio público à sua autoridade. Os poderes judicial, legislativo e político ficavam todos sob o controle patriarca. O Senhor era o governante do seu domínio, e era ele que estabelecia as regras sob as quais ia governar. Até a justiça, embora arbitrária, se baseava em seus padrões pessoais. O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda documentou com precisão o espírito da época, ao descrever um conselho de família convocado para julgar uma acusação de adultério contra uma nora, sumariamente condenada à morte (1936:88).

Não demorou muito até que o poder privado dos grandes proprietários se tornasse público, estendendo-se até os conselhos

¹⁰ Como observa Shirley (1971:74-75), a fragmentação do poder do Estado e da autoridade do Estado pelo fazendeiro em suas próprias terras “assemelhava-se a um padrão feudal (mas) estava fortemente integrado com o comércio e portanto era amplamente não-militarista”. Sobre as bases capitalistas não-feudais do Brasil colonial, ver Riegelhaupt e Forman (1970); Johnson (1972).

¹¹ “Representando... o único setor onde o princípio da autoridade é indisputável, a família colonial forneceu a mais “normal” ideia de poder, de respeitabilidade, de obediência e de submissão” (Buarque de Holanda 1936:89). Para uma análise rica e completa das bases patriarcais da sociedade das fazendas no Brasil colonial, ver Freyre (1946, 1959).

municipais.¹² Os senadores, os juizes, os membros do conselho, os advogados, os tesoureiros, os tabeliães e os funcionários do júri eram apenas alguns dentre os muitos funcionários que tinham sido nomeados pela Coroa para cuidar dos negócios municipais da colônia; mas os únicos indivíduos que podiam votar ou servir nestes postos eram os chamados *homens bons* que detinham grandes propriedades de terra. “O poder dos conselhos... era o dos proprietários da terra”. (Prado 1957:28). Através deles, a classe senhorial impunha seu controle sobre os salários e os preços das mercadorias, o fluxo e o valor do dinheiro, o pagamento de tributos reais, a guerra e a paz com os índios, a construção de povoados, o comércio, a indústria, e a administração pública em geral. Além disso, os senhores podiam suspender governadores e capitães-mor e nomear os seus substitutos, assim como mandar prender e algemar qualquer funcionário ou dignatário real (*idem*).

De fato, não só estes conselhos municipais exerciam autoridade total em suas respectivas localidades, frequentemente modificando a política da Coroa, mas também ajudavam a moldar aquela política fazendo lembrar a Lisboa “... do poder dos latifundiários e de seus interesses no governo local” (Queiroz 1969:15). Isto era conseguido enviando representantes municipais a Lisboa para argumentar os casos diretamente perante o Rei, como o exemplificado pelas duas petições, ambas feitas com êxito, no século XVII, as quais sustaram a execução de decretos, inspirados por jesuítas, que teriam proibido a escravidão de índios nas províncias de São Paulo e do Maranhão. Como ressalta Queiroz no seu estudo do mandonismo local brasileiro:

Para estes senhores rurais, o interesse específico estava inextricavelmente enredado com o interesse municipal; as resoluções tornadas pelos conselhos municipais não só refletiam a preocupação com o bem comum, mas também a preocupação do senhor rural de defender seus interesses privados; não havia qualquer separação entre

¹² Sobre o funcionamento dos conselhos municipais no Brasil colonial e durante o império português, ver Boxer (1965), que também documenta a inclusão ocasional de mercantilistas e de artesãos no conselho municipal da Bahia. Segundo Buarque de Hollanda (1936:50), “as queixas dos homens de negócios, dos moradores das cidades, contra o monopólio agrícola do poder na poderosa Câmara municipal é comum em nossa história colonial”. Ver também Queiroz (1969:14-15), especialmente seu exame dos antagonismos presentes na origem da Guerra dos Mascates (26 ff.).

um e outro, porque a realidade econômica, política e social da colônia era o proprietário rural. (Ibid., 15-16)

O fato de que estes conselhos municipais eram em sua maioria meras extensões de domínios privados reflete-se nas inúmeras lutas interfamiliares pelo controle dos conselhos durante o período colonial (Costa Pinto 1942-1943). Embora estivessem excluídas do processo eleitoral, as massas rurais eram aliciadas nestas rivalidades frequentemente virulentas, na qualidade de capangas dos grandes senhores. Exemplo disto são os quase cem anos de disputa entre as poderosas famílias Camargo e Pires, na província de São Paulo. A luta começara em 1654, quando o Conselho Municipal de São Paulo, controlado pela família Pires, recusou-se a empossar o chefe da família Camargo como juiz. O rejeitado patriarca chefou um grupo de parentes e seguidores num cerco armado ao Conselho, a que se seguiram abertas hostilidades. O irresistível poder destas famílias frente à autoridade “pública” é evidenciado por Oliveira Vianna:

Fraca diante desses caudilhos, incomparavelmente mais poderosos do que ela, a autoridade pública, por sua vez, não pôde contê-los nem reprimi-los. Procurou conciliá-los, servindo de mediadora. Conseguiu, afinal, um acordo. Nesse acordo há uma cláusula em que, se declara que, daí por diante, deveriam entrar sempre na câmara ‘em número igual’ pessoas das famílias Pires e Camargo, havendo, porém, ‘um neutral’. (1938:244).

A Coroa portuguesa, por sua vez, estava interessada sobretudo nos assuntos fiscais, e se satisfazia em receber o dízimo e os impostos sobre importação e exportação, que eram cobrados nos portos de entrada e de saída. Os canaviais e os engenhos de açúcar apresentavam pouco interesse para a distante monarquia (Jaguaribe 1968:103), que não via necessidade de interferir nos assuntos locais. Esta situação só mudou quando a Coroa viu o seu sonho expansionista totalmente realizado na metade do século XVII com a descoberta do ouro. Naquele momento, a política de *laissez-faire* da Coroa rapidamente cedeu lugar a maior rigidez na administração da Colônia, e às primeiras tentativas organizadas de centralização.

Os funcionários do Rei testavam sua autoridade nos conselhos municipais, especialmente naquelas jurisdições de mineração de ouro. Por toda a colônia foi então estabelecida uma hierarquia de funcionários com hegemonia portuguesa, com poucos brasileiros natos na base da crescente

burocracia administrativa. Decidida a combater o poder dos patriarcas, que agora já se estendia a vastos territórios, a Coroa estabeleceu novos distritos administrativos, concedendo títulos nobiliárquicos aos potentados locais, e, deste modo, atraindo-os para o serviço do Rei. Consequentemente, durante o século XIX,

... esses caudilhos que vimos tão violentos e rebeldes, estão já pacificados; já reverenciam a autoridade; é já profunda a sua veneração pela casa de Bragança; grande é o conhecimento deles pelo rei e seus delegados. (Oliveira Vianna 1938:264).

Do mesmo modo, a máquina administrativa da colônia começou a se expandir além da faixa litorânea, acompanhando as migrações em direção ao interior.

A hegemonia dos patriarcas rurais seria igualmente desafiada em outro “front”. Em 1808, Dom João VI, fugindo à invasão napoleônica da península ibérica, transferiu a Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, onde a declaração de uma política de abertura dos portos e de liberdade para as indústrias locais estimulou o comércio e o desenvolvimento de uma burguesia portuguesa comercial e urbana que, em pouco tempo, estava competindo com os interesses agrários dos brasileiros natos lutando pelos cargos eletivos dos conselhos municipais das localidades costeiras. (Prado 1957:39). Embora esta classe de latifundiários procurasse imitar a nobreza fulgurante no seu estilo de vida sofisticado, educando seus filhos nas capitais da Europa e em Coimbra, ela começou também a se dar conta de que Portugal propriamente dito não era particularmente necessário à prosperidade da colônia.

Com a derrota de Napoleão e com as garantias dadas pelos britânicos quanto à independência de Portugal, os portugueses começaram a clamar pelo retorno de seu Rei. Com o estímulo da elite nativa brasileira, Dom João VI retornou a Lisboa em 1821, deixando o nascente império aos cuidados de seu filho, Pedro I. Teoricamente, o Brasil tinha deixado para trás o seu passado colonial. No entanto, o espírito de independência que criou o Império a 7 de setembro de 1822 foi, a muito custo, engendrado por mudanças *significativas* na estrutura da sociedade brasileira. A economia ainda era voltada para uma agricultura de exportação baseada em trabalho escravo, apesar de que o domínio da classe senhorial agora já se estende desde as “plantations” de açúcar do Nordeste até as lavouras de café da

Região Centro-Sul, continuando até as grandes estâncias de gado da província no extremo sul.

Uma classe mercantil portuguesa continuava a enriquecer nas cidades litorâneas, com base em ativo comércio de produtos manufaturados ingleses. A elite nativa há muito se ressentia da presença desta classe mercantil estrangeira e de sua própria posição secundária em relação a ela, na Corte e na burocracia colonial. Consciente dos ventos de mudança que sopravam na Europa, e inspirados pelos acontecimentos da Revolução Americana, eles estavam prontos a aceitar a deslusitanização da monarquia e oferecer o seu apoio à sucessão de Dom Pedro I em troca de uma série de títulos que aumentariam tanto o seu prestígio quanto o seu poder local. No meio século seguinte esta aristocracia rural passou a dominar a burocracia imperial, apropriando-se do aparato governamental dos portugueses e consolidando sua própria posição do regime centralizador.

A tendência para a centralização que começara com a descoberta do ouro alcançou a plenitude na Constituição imperial de 1824:

Era de fato uma Constituição vigorosamente centralizadora. Na pessoa do Imperador estava concentrada uma autoridade ampla chamada Poder Moderador. O Imperador tinha poder de veto sobre a legislação, e o direito de dissolver ou de convocar o Parlamento, segundo sua vontade. Ele escolhia não só os senadores como também os ministros, os bispos, e os “presidentes” das províncias ou governadores. Ele tinha o poder do indulto e da revisão das sentenças judiciais. Embora estivesse prevista a eleição dos conselhos provinciais, eles não tinham praticamente qualquer autoridade administrativa ou política. Ao contrário, através de seus ministros, o Imperador podia exercer uma influência preponderante sobre o governo local. Através deles, o Imperador podia controlar a nomeação dos juizes locais e dos chefes de polícia, anular eleições municipais, e suspender magistrados e as resoluções dos conselhos provinciais. (Haring 1958:29).

Quanto à inclusão das massas no novo meio político, a Constituição refletia claramente a ideologia de Dom Pedro I, o qual, em sua enunciação das liberdades individuais, seguia os princípios liberais-democráticos que

naquela época estavam na moda, mas os subordinava cuidadosamente às suas próprias predileções absolutistas e elitistas.¹³

Não obstante o seu acordo tácito em aceitar a liderança de um monarca poderoso, a classe senhorial não havia desistido, na realidade, de manter o seu muito estimado lugar na vida social e política brasileira. Embora permitindo ser cooptada pela nobreza, esta classe guardava zelosamente os seus direitos, e se preparava para ser a guardiã da nação. O sentimento de regionalismo e de localismo que caracterizou o período colonial não desapareceu totalmente durante o autocrático reino de Dom Pedro I, que abdicou sob uma exacerbada pressão xenofóbica em 1831, em favor de seu filho, nascido no Brasil e ainda menor, retornando a Lisboa para ocupar o trono deixado vago pela morte de Dom João VI.¹⁴

Várias insurreições com implicações republicanas e fortes sentimentos subjacentes de antagonismo aos portugueses, haviam demonstrado nas primeiras décadas do século XIX o descontentamento dos proprietários de terras. Agora nos primeiros tempos da Regência (1831-1840) eles forçaram uma experiência com o republicanismo. Por alguns anos, daí em diante, o poder privado dos potentados locais se foi reafirmando, ao mesmo tempo que um excesso de municipalismo ia fazendo diminuir a autoridade do Estado. Por exemplo, a promulgação do Código de Processo em 1832 colocou a polícia sob a jurisdição de um juiz de paz, eleito localmente reduzindo, portanto, o poder do juiz de direito nomeado pelo Imperador (Oliveira Vianna 1938:27). Além do mais, conquanto o promotor público, o juiz municipal e o juiz de órfãos e viúvas ainda fossem nomeados pelo Regente, eles eram selecionados de uma lista de candidatos fornecida pelo conselho municipal, eleito localmente pela classe senhorial. Assim a polícia e os serviços municipais judiciários legislativos e administrativos voltavam, mais uma vez, ao pleno domínio

¹³ Vieira da Cunha (1963:14) argumenta que a ideia liberal do parlamentarismo inglês penetrou no Brasil através da formulação que teve na França. Bello (1966:33) observa que a inspiração imediata da Constituição pode ser encontrada nos escritos de Benjamin Constant, especialmente na sua *Política Constitucional*, donde veio a ideia do poder moderador e de uma forte administração centralizadora. O homônimo brasileiro de Constant, Benjamin Constant de Magalhães, foi uma das principais figuras do movimento republicano.

¹⁴ No verão de 1971, como um símbolo importante de conciliação e de maturidade nacional, os governos brasileiro e portugueses concordaram em que os restos de Dom Pedro I retornassem ao Brasil para serem enterrados ao lado de sua esposa, Dona Leopoldina.

dos potentados locais. Para dar plenas credenciais aos seus poderes recentemente recuperados, a eleição de oficiais para a recém-formada Guarda Nacional também foi delegada a “homens de bem” dos municípios, colocando desse modo uma força militar sob o comando local.

Embora este período de extremo localismo não sobrevivesse por muito tempo, o poder da classe proprietária de terras foi, não obstante, fortalecido durante a Regência e o Segundo Império. Em 1834, um Ato Adicional criou as assembleias provinciais autônomas e gradualmente elevou a polícia e as forças judiciais e administrativas, assim como a Guarda Nacional, à jurisdição provincial. Os administradores municipais, os comissários de polícia e os magistrados criminais foram todos combinados numa posição unitária de Prefeito, ou intendente, que seria nomeado pelo presidente provincial, o qual, por sua vez, era nomeado pelo Regente. O presidente e a assembleia provincial assumiam responsabilidade fiscal completa pelas municipalidades, embora o Regente possuísse o poder de veto sobre toda a legislação. De fato, o papel dos intendentes passou a ser o de executor da lei provincial e de nomear os empregados municipais... “dois atributos nos quais o ‘patronismo’ local encontrava a fonte principal de sua força e de seu prestígio”. (Oliveira Vianna 1938: 274).

Estavam lançadas as sementes para o sistema de troca de votos por favores políticos, que iria fundamentar as oligarquias estaduais da Primeira República. Por enquanto, era necessário à classe senhorial consolidar suas rédeas sobre o Governo, o que conseguiu ao dirigir os seus filhos letrados – os chamados bacharéis – aos postos administrativos do Império. A longo prazo, a súbita subordinação dos conselhos municipais faria pouca diferença porque, com a contínua extensão da hegemonia senhorial sobre as instituições provinciais, e até nacionais, a centralização tornou-se o equivalente da subordinação das elites rurais a si mesmas. (Queiroz 1969:39)

Assim, o poder provincial foi cuidadosamente consolidado entre 1834 e 1840, ano que marca o advento do Segundo Império com a ascensão de Pedro II, então com quatorze anos de idade, ao trono. Na sombra da popularidade do jovem Imperador brasileiro, uma lei de Interpretação devolveu o controle da burocracia administrativa e da polícia a Sua Majestade Imperial. Os delegados e os subdelegados, os magistrados criminais, os juízes municipais, todos passaram a ser nomeados pelo

Imperador. O Governo central também se reservou o direito de anular as eleições locais. Em 1850, a Guarda Nacional passou para o comando imperial através da concessão de cargos e comissões. A instituição dos “capangas senhoriais”, que havia possibilitado o equilíbrio do poder na política de interior do Brasil durante quase quatro séculos, cedeu lugar ao império da lei. Nas três décadas seguintes, reinaria uma *pax imperial*, sustentada pela autoridade e pelo prestígio do Imperador. Durante o Segundo Império, o voto substituiria a bala, como veremos adiante, mas a estrutura do sistema político brasileiro permaneceria essencialmente a mesma. Pois, nas realidades socioeconômicas da “escravocratura”, o café se tinha tornado o “rei” e os seus barões, os ministros do Império.

O sistema político do Segundo Império estava organizado em torno dos partidos Conservador e Liberal, sendo os seus líderes presidentes de províncias. No ápice do sistema encontravam-se o Imperador e os seus assistentes “enobrecidos”, que haviam sido escolhidos entre os membros estáveis do Senado Imperial e do Conselho de Estado. O resto da pirâmide era composto de membros da classe proprietária. O poder político podia oscilar, mas era uniforme. Não havia realmente uma divisão ideológica conservadores dominados pelos barões do café, e os Liberais, constituídos de membros saídos das estâncias e lavouras das províncias fronteiriças de São Paulo e Minas Gerais, ainda que, em última análise, o primeiro fosse monárquico e o segundo republicano, e gerados do movimento abolicionista. Dom Pedro II exercia o seu poder moderador entre os dois partidos. Alternando entre os dois na sua escolha do presidente do Conselho de Ministros, ele criou “uma política de adesão”, na qual a oposição se satisfazia em esperar pacientemente pela sua vez, ao invés de procurar apressá-la pela força das armas.

Era a incumbência do ministro convocar eleições, primeiro para os conselhos municipais e depois para as assembleias provinciais, e, finalmente, para a assembleia nacional. Naturalmente, ele procurava um Legislativo compreensivo e aliado. Para atingir este objetivo era auxiliado pelo presidente da província, nomeado pelo Imperador por indicação de seus conselheiros. Nas palavras de Joaquim Nabuco, um dos mais importantes estadistas da época:

O poder moderador pode designar quem ele deseja para organizar os ministérios; esta pessoa convoca a eleição, porque o tem de fazer; a

eleição faz a maioria. Este é o sistema representativo do País. O presidente (da província) é um instrumento eleitoral. É através dele que a chancelaria de nosso absolutismo disfarçado é periodicamente eleita. Montar a máquina eleitoral direta e perfeita é a sua missão histórica, a sua preocupação de todos os dias (Citado em Oliveira Vianna 1955:306).

Na base desta máquina política estavam os proprietários de terra locais, que se uniram para agregar o total de seus votos, formando o que Oliveira Vianna clama de “clãs eleitorais” (1955: 298), cada um representando a estrutura partidária de sua província a nível municipal. Aqui, também, os elementos liberais e conservadores se revezavam nos postos municipais que constituíam a recompensa das “vitórias” eleitorais. Era preferível que cada um esperasse sua vez, em vez de competirem numa eleição que, com toda certeza, seria anulada se o partido da oposição derrotasse o partido no poder. No entanto, na medida em que as eleições municipais precediam as eleições provinciais e as gerais, os partidos tinham a oportunidade de assegurar-se da força de seu apoio, e, pelo menos em uma ocasião, uma discussão prematura sobre a abolição levou à queda de um ministro, quando a eleição que ele havia convocado trouxe a oposição de volta para a Câmara dos Deputados, que ele havia acabado de dissolver (Queiroz 1969: 51-52).

A classe senhorial tinha-se reservado as verdadeiras rédeas do poder, estabelecendo o que Sodré apropriadamente chamou de “hierarquia da mandioca, o padrão do dinheiro político no novo país” (1967: 212). Os candidatos a cargos eletivos tinham de ser ou proprietários ou arrendatários a longo prazo de uma grande propriedade ou de um engenho. O sistema eleitoral era conduzido em dois estágios. No primeiro estágio, um colégio eleitoral era selecionado por eleitores qualificados, aqueles que tinham rendimentos anuais ao menos no valor de 150 alqueires (cuja unidade corresponde a aproximadamente 30 quilos) de farinha de mandioca. No segundo estágio, o eleitorado, composto por senhores cujas rendas estavam acima do valor de 250 alqueires, escolhiam os membros da Câmara dos Deputados e indicavam três candidatos cabendo o total mais alto de votos ao Imperador, que selecionava um deles para o cargo vitalício no Senado imperial.

Os candidatos a deputado tinham de ganhar mais do que o valor de 500 alqueires, ao passo que os candidatos a senador tinham que exceder

1.000 alqueires. Aqueles que ganhavam a vida como empregados de comércio e as classes trabalhadoras urbanas ou rurais, continuavam excluídos do eleitorado em decorrência de sua renda (ibid., 211-12; Jaguaribe 1968:127). O processo político estava inteiramente subordinado aos interesses agrários.

Enquanto doutrinas mais importantes da época – liberalismo parlamentarismo, constitucionalismo, federalismo, republicanismo e democracia – eram debatidas no Senado Imperial, nos jornais e numa pletera de panfletos políticos (Bello 1966; Cruz Costa 1964; Freyre 1970), a incorporação das massas ao processo político não era discutida em parte alguma. A abolição da escravidão era o assunto “quente” da época, embora na sua base se mantivesse uma ideologia elitista e tutelar. O próprio Dom Pedro II mediava a ambivalência aristocrática e progressista.¹⁵ Ele considerava o sufrágio universal uma calamidade e que novas leis eleitorais “só poderiam ser perfeitamente obedecidas quando a educação política fosse outra que não a atual de nosso povo” (Sodré 1967: 214).

Uma reforma eleitoral em 1846 tornou a moeda a base do direito do voto, dobrando os valores mínimos exigidos, estendendo, entretanto, o sufrágio. Mesmo assim, em 1876, havia somente 24.637 eleitores numa população de 10 milhões de pessoas. A Lei Saraiva de 1881 estabeleceu o sufrágio direto e “universal” para todos os cidadãos de sexo masculino que contassem mais de vinte e cinco anos de idade mas instituiu uma exigência de alfabetização, o que impedia que se tornassem eleitores as massas de escravos, agora feitos trabalhadores assalariados, assim como os soldados, rasos mendigos e adeptos daquelas ordens religiosas que exigiam a renúncia à liberdade individual (Queiroz 1969:80, Rodrigues s. d.:155).¹⁶ No final do período imperial, um senador ainda podia eleger-se para o resto da vida com menos de 500 votos (Sodré 1967: 216).

Assim, enquanto o Segundo Império testemunhava a centralização da autoridade e a unificação da nação, o poder político e econômico era retido

¹⁵ Gilberto Freyre faz ecoar as confusas combinações políticas da época ao escrever: “... o Império havia funcionado como uma espécie de República Imperial, favorecendo quase uma simbiose entre o liberalismo patriarcal e a democracia autoritária” (1970:167).

¹⁶ A Lei de 1881 pode ter sido promulgada com a intenção de tirar poder dos latifundiários, como sugere Love (1970:12), mas o resultado foi conceder-lhes a oportunidade de controlar igualmente o voto rural.

por uma elite agrária que continuava a competir entre si pelos favores da Coroa.¹⁷ A periferia se havia tornado o centro, e foi precisamente esta consolidação do poder nas mãos da aristocracia agrária que viria a ameaçar a hegemonia nacional. Nos últimos dias do Império, a Câmara dos Deputados passou a ser denominada por uma oposição liberal à autoridade absolutista de Dom Pedro II. Ela também manifestou uma clara preferência pela autonomia provincial. Como descreverei adiante, o advento da República introduziria uma época de extremo federalismo, na qual o comércio de votos entre os presidentes provinciais e os intendentess municipais, que havia começado com o Ato Adicional de 1834, acabaria por se transformar na mais característica das instituições políticas do Brasil rural, o coronelismo, exercida mediante o controle nacional do Partido Republicano.

Da Republica Velha à Nova: A Formação do Eleitorado

Nos estertores do Império, o Brasil estava passando pelas primeiras turbacões de uma significativa mudança econômica e social. A abolição da escravatura, em 1888, causou reveses severos à já combalida economia açucareira do Nordeste. A rápida ascensão do café havia mudado o “locus” do poder para a Região Centro-Sul, onde a imigração e a industrialização incipiente estavam começando a modelar um novo setor médio (Freyre 1963).¹⁸ O Império estava lutando com a reforma fiscal, que se tornara

¹⁷ A ideia de que uma ideologia imperial e uma unidade nacional resultavam do recrutamento de funcionários do tipo “mandarim” (Pang e Seckinger 1972) é provocadora, mas ela obscurece o fato fundamental de que a competição e o conflito pela terra e pela mão-de-obra (Dean 1971) caracterizou muitas das manobras políticas do período imperial no Brasil e que existe uma diferença crucial na designação para o cargo, que não foi feita com base num sistema de exames, como era o caso da China.

¹⁸ Como observa Poppino (1968:212): “É um dos paradoxos da história brasileira o fato de que o primeiro surto sério de crescimento industrial devesse ocorrer durante as décadas finais do Império, quando a nação tinha um Governo fortemente centralizado cujas políticas econômicas eram determinadas por uma elite conservadora e orientadas para o setor rural. De fato, muito do impressionante crescimento financeiro e industrial que se seguiu à Guerra do Paraguai era um subproduto, não-intencional do esforço para modernizar a economia agrícola. Foi apenas uma coincidência o fato de que as medidas fiscais ocasionais aprovadas pelo Congresso — tais como a imposição de altas taxas de importação em manufaturas selecionadas, e a expansão do crédito no final dos anos 1860 e novamente em 1888 — estimularam o setor industrial, pois este não era o objetivo da legislação. As posições e os

necessária pelo pesado ônus que a guerra do Paraguai infligiu ao tesouro imperial. Esta mesma guerra havia engrossado as fileiras do Exército com um novo tipo de jovens oficiais saídos da classe média urbana. Com o orgulho alimentado pela vitória, e com a ira acentuada pelo desprezo e pelo desinteresse de um imperador pusilânime, o Exército tornou-se a vanguarda do movimento republicano e 15 de novembro de 1889 deu o golpe de estado que mandou Pedro II para Lisboa.

Não há dúvida de que a influência republicana no Brasil refletia o crescimento deste setor urbano de classe média e a sua receptividade a uma série de ideias estrangeiras (Bello 1966; Cruz Costa 1964; Freyre 1970). A ideia do republicanismo, adormecida nos últimos dias da Regência, começou a despertar no reinado de Pedro II, à medida que relatos dos acontecimentos políticos na Europa alimentavam a francofilia dos estadistas-filósofos do Segundo Império. Manifestos liberais de 1867-70 clamavam pela abolição do Poder Moderador, do Conselho de Estado, da Guarda Nacional e da escravidão. Pediam eleições diretas e sufrágio universal, abolição das cadeiras vitalícias para o Senado, eleições populares para os presidentes de províncias, magistrados e outras autoridades locais, um Judiciário independente, completa liberdade de religião e liberdade de educação e de associação (Haring 1958: 96-97).

Em 1870 foi fundado o Partido Republicano, que passou a oferecer um ponto de encontro para os partidários da reforma eleitoral, da descentralização do Governo, de um senado eleito e da abolição da escravatura: Não obstante, estes estadistas famosos não legislavam em favor de uma nova ordem política e social. Seus debates, na realidade, estenderam-se por quase vinte anos, quando apesar de uma tentativa paradoxal de última hora, da parte de um ministro liberal do Conselho de Estado, para deter o inevitável, recomendando amplas reformas ao parlamento imperial foi proclamada a Primeira República.

Os oficiais altamente disciplinados que fundaram a Primeira República também se nutriam do pensamento europeu, mas em quantidades mínimas e generosamente temperadas com positivismo, (Cruz Costa 1964;

valores da aristocracia rural dominante raramente estavam afinadas com as necessidades da indústria nascente”.

Torres 1957). Este sentimento comtiano, como diz Haring, se opunha à “...monarquia, direitos hereditários e aristocracia”. No entanto,

seus adeptos mostraram pouca preocupação imediata com considerações tais como democracia, igualdade, maiorias populares ou a condição do homem comum. O ideal de Comte era uma república ditatorial, governada por uma elite. As palavras de ordem da Sociedade Positivista eram “Ordem e Progresso”. Tratava-se de uma filosofia que parecia enviada por Deus às oligarquias políticas e sociais que governavam por toda a parte na América Latina (1958:140).

De fato, o golpe de estado militar que criou a República foi dado não com o propósito de substituir a ordem autoritária por um verdadeiro liberalismo mas para dar credibilidade àquela ordem; não para colocar a participação popular onde até então reinava o paternalismo mas para dar uma direção ao paternalismo; não para fazer *ordem e progresso*, mas para possibilitar o “progresso-dentro-da-ordem”, conforme a reveladora transposição de Gilberto Freyre:

Os pequenos burgueses jacobinos do Brasil eram radicais somente no que dizia respeito às suas expectativas político-jurídicas. Para eles tratava-se de estabelecer certos preceitos — Republicanismo ou Federalismo — que lhes pareciam ser providenciais em si mesmos e, ao invocarem tais preceitos, manterem-se no poder pelo maior tempo possível. Quanto ao mais, a classe média republicana continuava a agarrar-se à atitude tradicional no que se referia da e às doutrinas econômicas liberais (Jaguaribe 1968:141-42).

Consequentemente selando um pacto implícito com a oligarquia rural, cujo poder não seria colocado mais em questão até a Revolução de 1930.

A Primeira República foi menos obra de debates partidários que o resultado de um conjunto de desentendimentos que apressaram a queda do Império. O crescendo republicano não havia ainda atingido um clima febril em 1889, e os estadistas que defendiam a República pareciam contentar-se em adiar a sua causa até após a morte do velho Imperador. O Exército, roubando-lhes a glória do feito, deu ao setor médio, que ele havia passado a representar, uma vitória obviamente ilusória, o que veio a acontecer novamente na revolução de 1964. A nova ordem foi rapidamente aclamada

ela aristocracia rural conservadora, aborrecida com abolição da escravatura sem indenização. Ela também mereceu a bênção da Igreja, irada com a condenação de dois de seus bispos mais importantes a quatro anos de prisão com trabalhos forçados por sua recusa em acatar a ordem governamental de admitir maçons em organizações religiosas, fúria essa não diminuída nem pela comutação, pelo Imperador, do aspecto corporal da sentença. A classe senhorial tinha abraçado a República.

O Governo militar autoritário, no qual a nação foi concebida, breve cedeu lugar a um Governo civil que desmantelou as estruturas centralizadoras do Segundo Império. A Constituição republicana de 1891 estabelecia um federalismo extremo, a ponto de ceder praticamente todas as terras que pertenciam a Coroa às antigas províncias. Se os Estados Unidos da América tinham fornecido o modelo de um sistema federativo unificado aos autores da Constituição brasileira, os Estados Unidos do Brasil configuraram uma versão deliberadamente inexata, que convinha às políticas econômicas liberais de uma elite proprietária de terras e desejosas de possibilitar o livre comércio e o crescimento econômico em estados essencialmente independentes. Como afirmou um observador:

A nação é entendida como um equilíbrio ou armistício entre grupos locais de poder. O poder destes grupos, reconhecido na Monarquia, amplia-se na República a ponto de livremente contraírem os Estados empréstimos no estrangeiro, de cobrarem impostos de exportação, criarem barreiras fiscais interestaduais e manterem suas próprias Forças Armadas. As instituições político-governamentais nacionais são não raro, simples, emanações dos poderes estaduais (Vieira da Cunha 1-936:16).

Com garantias constitucionais para o controle estadual sobre o arrecadamento de impostos e dispondo de milícias próprias, o poder da classe proprietária de terras sobre a vida política nacional estava, mais uma vez, assegurado. De fato, a continuidade da elite do poder, em termos de seus atores, sugere que pouco de concreto ocorreu quando a nova bandeira com o lema “Ordem e Progresso” foi hasteada no palácio imperial. Num sentido muito real, o Império tinha propiciado a República. O café ainda era o “rei” e os seus barões os mesmos ministros que Pedro II tinha coreografado em seu “ballet político” peculiar (Freyre 1970:167).

... se a implantação do regime republicano foi uma vitória da classe média insurgida contra a escravidão, a monarquia e a aristocracia, e ajudada, nessa luta, pelos desertores da nobreza rural, o poder político, antigamente real ou aristocrata, não se tornou popular, se não teoricamente, continuando associados, na realidade, o velho poder econômico e o novo poder político. (Azevedo 1964:186).

No que se refere às massas a fundação da República teve pouca repercussão sobre sua posição dentro do sistema sociopolítico. A despeito dos primeiros aparecimentos de indústria, leve, não surgia ainda um proletariado urbano em luta por, seus interesses, e os camponeses e trabalhadores agrícolas analfabetos permaneciam totalmente sujeitos à autoridade da classe proprietária de terras. Na melhor das hipóteses, a base constitucional do Brasil republicano assegurava a inclusão desses setores, em número crescente, como peões no novo jogo de política partidária da elite rural.

No ápice deste sistema federativo — e sobretudo como um gesto de última hora — os constitucionalistas liberais apresentaram um presidente, a ser eleito por sufrágio direto e, por maioria absoluta dos votos.¹⁹ O vice-presidente, o legislativo bicameral, os governadores dos Estados, as assembleias legislativas, os prefeitos municipais e os vereadores também seriam eleitos por voto direto. No entanto, o elitismo “reaquecido” dos estadistas imperiais também tornou constitucional a exigência da alfabetização para os eleitores, imposta por lei em 1881. A essência de sua posição era a mesma atitude tutelar de primeiro educar as massas de maneira que elas pudessem participar completa e corretamente do processo “democrático”, mas eles desmentiram a sua própria retórica ao excluírem também da Declaração de Direitos a educação primária gratuita, assim

¹⁹ Love argumenta que com o advento da República “ocorreu uma democratização do processo político formal... (na medida em que)... o número de cargos eletivos em todos os níveis de Governo aumentaram, foi ampliado o direito de voto, e a autoridade foi descentralizada” (1970:7). No entanto, o fato de que somente 2,70 por cento da população estava registrada para votar em 1898 parece enfraquecer esta posição, mesmo se levarmos em conta o fato de que o índice de alfabetização era de somente 14,8 por cento na última década do Império (*ibid.*, 8). Ao contrário, parece que uma série de outros indicadores, tais como índice de alfabetização, receptividade do Governo em face de reivindicações etc, seria uma medida mais adequada para sabermos a extensão da democracia participatória no Brasil e, como Love observa mais adiante, o sistema republicano era um espetáculo burlesco que, no final, simplesmente fortaleceu a força opressora oligárquica sobre a nação.

como o voto para os analfabetos, que haviam sido garantidos na Constituição imperial de 1824 (Rodrigues s.d.:155).

A eliminação dos analfabetos do eleitorado teve o efeito de excluir do processo político todos os escravos recentemente libertados (*ibid.*, 136) e pode ter sido feita com a intenção de reduzir o tamanho de um eleitorado rural dependente. O que se fez na realidade, foi concentrar o poder político nas mãos das elites agrárias, particularmente os fazendeiros de café da próspera Região Centro-Sul. Numa época em que o grosso do eleitorado potencial ainda residia nas áreas rurais mais populosas, a formação da República e de um sistema representativo deu um sopro de vida ao poder declinante da classe proprietária de terras.

Não pode haver dúvida de que o sistema político da Primeira República emergiu como um compromisso entre diversas forças contendoras (Leal 1948), um compromisso que iria marcar a vida política local e nacional até 1964. Por um lado, a necessidade de o centro militar negociar a sua autoridade com os tradicionais centros de poder no campo resultou no sistema federativo. Por outro lado, a necessidade de satisfazer as reivindicações do emergente setor médio deu nascimento a um “estado cartorial” (como o chama Jaguaribe), que absorveu populações rurais numa burocracia militar e civil em rápida expansão, através de um sistema de clientela que trocava “empregos supérfluos por votos” (Jaguaribe 1969:395). No princípio, a extensão deste “estado cartorial” ao campo forneceu à oligarquia rural um novo e crucial recurso para sua luta pelo poder. Também subordinou o Governo à política, criando uma crise administrativa no Brasil rural que perduraria por toda a era republicana e contribuiria, até certo ponto, para a eventual politização no campo,²⁰ como veremos adiante.

De fato, o sistema político da Primeira República tornou-se pouco mais do que um “trade off” calculado, totalmente elaborado segundo a “política dos governadores”,²¹ na qual os chefes dos governos estaduais e o

²⁰ Della Cava divide a Primeira República em dois períodos, para o Nordeste. O primeiro, o Período Oligárquico (1889-1910), dependia da patronagem estadual. O segundo, o Período Burguês (1910-30), dependia da patronagem federal e foi caracterizado por uma coligação entre comerciantes e proprietários de terra (1970:157, 165).

²¹ “Campos Sales introduziu a política dos *governadores* para assegurar o apoio do congresso para suas políticas fiscais e monetárias. O problema mais urgente de sua administração era cumprir os compromissos assumidos com o empréstimo feito por

Presidente da República concordavam em respeitar mutuamente a autoridade de cada um em seus respectivos domínios. Para o Presidente isto significava apoio do Congresso para as políticas nacionais necessárias à preservação da credibilidade fiscal no exterior. Para os governadores, isto significava um retorno *de facto* à autonomia provincial e uma garantia da patronagem federal, incluindo o direito de nomear funcionários públicos nos níveis estaduais e municipais. A moeda desta troca eram os votos, e o eleitorado rapidamente começou a expandir-se em relação à demanda política.

Neste sistema, os chamados “clãs eleitorais” — aqueles agrupamentos patriarcais que emergiram no Segundo Império — se aglutinaram em oligarquias estaduais, coligações supralocais e suprafamiliares que eram ligadas entre si através da filiação comum ao Partido Republicano estadual, que era, para todas as finalidades práticas o único partido em funcionamento na Primeira República.²² O partido em si era pouco mais que uma congregação das elites políticas locais, unidas a nível estadual através do personalismo de seu líder, que quase sempre aspirava ao Governo do Estado.

Havia pouca coerência partidária a nível nacional. Na economia agrária prevaente, caracterizada por extrema diversidade regional e por um passado de “booms” e de crises da monocultura, surgiram fortes rivalidades estaduais. No entanto, com poucas exceções, a sucessão presidencial tendia a fazer revezarem-se de maneira ordeira os dois Estados mais poderosos, São Paulo e Minas Gerais, onde residia aproximadamente metade do eleitorado nacional, que podia ser aliciado pelos fazendeiros de

Rothschild em 1889, que consolidava a dívida externa brasileira e introduzia uma moratória de pagamentos para restaurar o crédito da nação. O contrato estipulava medidas pouco populares tais como a elevação de impostos, a redução da moeda em circulação e dos dispêndios governamentais, e o estabelecimento de um direito de retenção na arrecadação da alfândega do Rio para a Casa de Rothschild. Na verdade, então, a *política de governadores* foi simplesmente uma resposta à realidade da economia colonial brasileira” (Love 1971:96).

²² Para uma descrição do controle exercido sobre a máquina eleitoral estadual na República Velha pelo Partido Republicano Riograndense, ver Love (1971:78-79). Apesar da variação de padrões nacionais de coronelismo pelos coronéis essencialmente burocratas do Rio Grande do Sul, a descrição da consolidação do poder pelo Partido Republicano estadual feita por Love é inestimável. Naquele Estado, a autoridade verdadeira, sob a forma de caciquismo local, era detida por quatro subchefes de polícia (*ibid.*, 80) que eram parentes de coronéis de outras regiões.

café em sua busca de controle direto do cargo decisivo de Chefe do Executivo. O sufrágio direto e as maiorias absolutas tornaram-se simples mecanismos de afirmação da escolha do sucessor do Presidente, pois o candidato da convenção partidária, oficialmente apoiado pelo Presidente da República, tinha sua eleição virtualmente assegurada pela cumplicidade dos governadores dos Estados-chave.

Além de dar apoio eleitoral ao Presidente os governadores deviam garantir ao Chefe do Executivo a maioria no congresso, assegurando para tanto a eleição de seus candidatos oficiais. Isto se fazia mediante certas articulações subsequentes com os chefes municipais ou *coronéis*, que controlavam o eleitorado rural. Nesta série de transações, o governador aliciava o apoio do coronel para os candidatos oficiais tanto no nível federal quanto estadual, em troca da carta branca para administrar o município, incluindo-se o controle da concessão de sinecuras burocráticas a nível local.

Deste modo, na Primeira República, “... os verdadeiros protagonistas da vida política eram grupos oligárquicos estaduais, apoiados localmente no poder dos grandes proprietários de terra” (Lopes 1966:61). Ao controlar indiretamente o eleitorado municipal, os oligarcas estaduais exerciam influência direta sobre o Congresso. Através da política dos governadores, eles passaram a influenciar indiretamente também o ramo executivo (Oliveira Vianna 1933:307).

O principal articulador deste sistema de *trade-offs* políticos era o coronel, o chefe do interior, cujo lugar na hierarquia dependia de sua capacidade em angariar votos municipais para a oligarquia estadual.²³ Durante o Império, o coronel era na realidade o comandante-chefe do regimento municipal da Guarda Nacional, uma posição que possibilitava a ele e a seus seguidores a consolidação de seu poder através do controle direto da principal força pública da localidade. Com o advento da República, o título tornou-se honorífico, e o “estado cartorial” e o sistema representativo colocaram à disposição do coronel um outro conjunto de recursos.

²³ O estudo mais notável sobre o coronelismo e sobre política municipal no Brasil pode ser encontrado em Leal (1948). Para um interessante estudo de quatro recentes coronéis, ver Vilaça e Albuquerque (1965). Uma série de estudos sobre políticas locais apareceram na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, por exemplo, Santos (1961). Ver também Paulson (1964), Harris (1956), e o exame geral em Torres (1965).

Os atributos de liderança eram consideravelmente realçados pela barganha política, na qual um eleitorado municipal dependente se tornou a contrapartida numa troca direta de votos por recompensas políticas. Dependendo as rendas municipais em trabalhos públicos tais como estradas, barragens, eletricidade, pontes, escolas, hospitais e outras obras afins, o coronel construía sua reputação de benfeitor local assegurando a sua continuidade. Ao nomear funcionários públicos — frequentemente seus próprios parentes — para cargos de professores, coletores de impostos, escrivães, promotores públicos, juízes, inspetores, funcionários da saúde pública etc, o coronel se transformava em patrono de pessoas bem colocadas e, deste modo, direta ou indiretamente, ia estendendo sua cadeia de seguidores. Ele também transformava em seus devedores os funcionários judiciários legítimos e as autoridades políticas, que se tornavam, a partir daí, o alto comando de seus “capangas”, sempre que fosse necessário recorrer às balas para reafirmar sua autoridade contra os rivais que desafiassem a sua usurpação da patronagem estadual e federal. Frequentemente, à oligarquia estadual ficava simplesmente observando, sem tomar partido, as brigas locais pelo direito de supervisionar a máquina eleitoral municipal. Para a oligarquia pouco importava qual das partes iria de fato dar-lhe os votos.²⁴

Embora o coronel raramente ocupasse um cargo eletivo, preferindo escolher os candidatos para os cargos municipais dentre as elites burocráticas e comerciais na sede do município, o seu controle sobre a máquina política jamais era questionado. Um coronel eficiente contratava “lugares tenentes” para ensinar aos eleitores em potencial como assinar o nome (frequentemente eludindo as exigências de alfabetização). O lugar-tenente também atestava a idade mínima para votar, exigida dos eleitores que não dispunham de certidão de nascimento e pagava os custos de obtenção do registro eleitoral. Através destes expedientes os lugares-tenentes iam completando as listas eleitorais. As oportunidades de fraude

²⁴ Della Cava descreve o modo pelo qual os coronéis locais competiam, uns com os outros, pelo privilégio de apoiar a oligarquia estadual no Ceará, que simplesmente ficava esperando que emergisse um vitorioso — e ao vitorioso pertenciam todas as vantagens eleitorais. Estas lutas frequentemente envolviam os antigos proprietários de terras e as recentes elites comerciais (1970:94-95, 142). Ver também o minucioso estudo desenvolvido por Shirley a propósito de um médico que entrou para a política no município serrano de Cunha, em São Paulo, durante a República Velha (1970:80ff..).

eram ilimitadas. No dia da eleição, os lugares-tenentes reuniam os eleitores — daí as referências aos votos de cabresto — e os transportavam para as urnas. Se necessário, cuidavam para que nenhum opositor chegasse às urnas, ou então tomavam providências para que seus votos não fossem computados. Normalmente as eleições locais não constituíam alvo de contestação séria. O coronel, com o apoio da oligarquia do Estado, dificilmente deixava de ganhar nas urnas.²⁵

Uma oposição minoritária, ansiosa por uma parcela de favores dispensados em troca do apoio eleitoral aos candidatos ao Congresso, ocasionalmente tentava conseguir alguns votos, para fins de barganha na época das eleições. Na realidade, esta oposição estava competindo pelo privilégio de aderir à oligarquia dominante no Estado e não lutando para eleger uma chapa rival à chefia do executivo estadual. A ideia era agregar votos às listas eleitorais e não ganhar eleições. Entre uma e outra eleição, reafirmava-se a “política de adesão”. Uma oposição mais sistemática sob a forma de um faccionalismo bem desenvolvido só apareceu no final da ditadura de Vargas, quando, na Segunda República, a competição entre uma multiplicidade de partidos em eleições duramente disputadas, especialmente a nível local, transformou a vitória eleitoral e não puramente a agregação de votos na condição *sine qua non* para a obtenção de vantagens políticas.

A revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder e que lançou as bases para o Estado Novo foi gestada a partir de um acordo entre o “estado cartorial” e o coronelismo que caracterizara a Primeira República (Jaguaribe 1968). No entanto, ao entregar a Vargas a Presidência após a disputada eleição de 1930, os militares não estavam simplesmente reconhecendo a ascendência dos barões do gado sobre os fazendeiros de café consequente do colapso do mercado mundial, mesmo se

²⁵ “Durante a Primeira República a oligarquia estadual manifestava-se na comunidade local como monopólio de poder através de uma facção política única. Isto não quer dizer que não houvesse lutas políticas. Ao contrário, era a situação normal em todo o Brasil: dois ‘clãs’ políticos envolvidos em duras lutas e, com os seus seguidores, dividiam verticalmente a sociedade. Basicamente, no entanto, a qualquer momento todas as posições de poder na comunidade eram controladas por uma das facções políticas. A ascensão política da outra facção, quando ocorria, significava uma mudança completa em um curto período, e a ocupação, pelo novo grupo, de todos os focos locais de poder. O grupo dominante em qualquer momento mantinha, a nível local. O monopólio do poder e tinha o apoio da oligarquia estadual” (Lopes 1971:189).

superficialmente parecesse que uma oligarquia estadual tivesse substituído outra.²⁶ Na realidade os militares estavam reconhecendo uma mudança social mais fundamental. Uma nova configuração de elementos estava principiando a remodelar a estrutura social brasileira (Wagley 1960) e iria afetar profundamente a natureza dos acontecimentos na Segunda República.

Durante o regime de Vargas, três novos setores explodiram no palco político brasileiro: uma classe média falante, que exigia a reforma que exigia a reforma eleitoral, políticos “honestos” e uma burocracia estatal expandida; um grupo burguês industrial que introduziria uma era de desenvolvimento econômico baseada na ideologia de nacionalismo econômico; e um proletariado urbano que iria aglutinar uma nova e importante massa política. Estes três setores viriam alterar não só o equilíbrio da nação, mas também estabeleceriam novas regras, para um sistema político altamente competitivo que ameaçaria seriamente as relações tradicionais de patrão-dependente no campo.

Os anos da primeira presidência de Vargas e de sua ditadura foram os “anos da gestação” (Lopes 1971:86n), durante os quais o poder foi sifonado para fora dos Estados em direção ao Governo central, a hegemonia das oligarquias rurais começou a ser desmantelada de uma maneira sistemática e a massa urbana começou a se fazer ouvir na arena política. Em apenas quinze anos, entre 1930 e 1945, e sobretudo depois de 1937, Vargas consolidou o poder executivo nas mãos do Governo federal, ao estabelecer um elaborado sistema de ministérios e de repartições administrativas subordinadas, em última análise, à autoridade presidencial. Ele também estendeu o controle federal às áreas locais através da nomeação de seus aliados, na qualidade de interventores, em muitos Estados e em seus principais municípios.

²⁶ A grande Depressão de 1929 pressagiou o colapso da economia cafeeira e reforçou a disposição dos fazendeiros paulistas de reter o controle sobre a política fiscal do Governo. Ao nomear outro paulista para sucedê-lo, o Presidente violou a tradição estabelecida de alternância e de adesão, e lançou as bases para uma nova coligação entre os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, fornecendo apoio civil ao golpe de estado militar que colocou Vargas na presidência. Para um exame completo da história regional no Rio Grande do Sul e sobre a ascensão de Vargas ao poder através dos canais coronelistas “tradicionais”, ver Love (1971). Ver também Skidmore (1967, cap. 1-2) para um balanço crítico da revolução de 1930.

Através de uma manipulação cuidadosa da patronagem federal, Vargas aniquilou as oligarquias tradicionais Estado após Estado. Em alguns lugares, dentro da esfera de influência dos centros urbanos, elas foram substituídas por uma clique de burocratas das cidades vizinhas.²⁷ No entanto, o que ocorreu na maioria dos casos foi que um grupo de senhores de terra tomou o lugar de outro. A “autoridade tradicional” no campo permaneceu essencialmente intacta. As massas rurais simplesmente tornaram-se dependentes de outro grupo de elites proprietárias de terra, o grupo compreendia os novos senhores políticos.²⁸ No período que se seguiu à Grande Depressão, o “rei” café foi deposto, mas as massas rurais permaneceram sujeitas aos ditames da classe proprietária de terras.

Deste modo, o Estado Novo reteve muito das feições do regime republicano sem o inconveniente de eleições abertas. Também “colocou em marcha um processo de mudança espontânea que mais tarde poderia ser acelerado e orientado de maneira mais deliberada” (Jaguaribe 1969:397) quando o sistema eleitoral fosse reintroduzido. A industrialização no Brasil teve o seu primeiro verdadeiro impulso durante a 1ª Guerra Mundial, e começou a “decolar” na década de 40, quando a Segunda Grande Guerra reduziu drasticamente a importação de produtos manufaturados do exterior.²⁹ Consequentemente, o “locus” do poder começou a se desviar do campo em direção às cidades do país, sobretudo para o triângulo industrial que se estava formando na Região Sudeste, em torno do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde a migração em massa de trabalhadores rurais

²⁷ Shirley descreve um médico que chegou a Cunha, Estado de São Paulo, justamente no momento em que Vargas estava depondo os fazendeiros de café depois de sua contrarrevolução abortada em 1932. Através de manipulação cuidadosa, ele pôde consolidar sua posição na hierarquia local. Shirley refere-se a ele como um patrão mas seria mais adequado considerá-lo como um intermediário entre as poderosas elites proprietárias de terras e os seus clientes. As elites comerciais libanesas com uma nova fonte econômica mais tarde se transformaram nos novos patrões (1971:81fs., 97 fs.).

²⁸ Se por um lado o regime de Vargas representava uma aliança da burguesia industrial urbana com o proletariado, ele não era menos conciliador com os interesses agrários. De fato, Vargas virtualmente ignorou o trabalhador rural e a questão crítica da reforma agrária, durante os vinte anos que permaneceu como chefe do executivo.

²⁹ Ver Furtado (1965) para a explicação clássica de como o apoio do Governo ao café durante a crise sustentou a demanda interna e através de substituições de importações criou a base para a própria industrialização do Brasil.

contribuiu para o crescimento de um grande eleitorado, sem compromissos políticos.

De 1945 a 1960, o eleitorado nacional cresceu de sete milhões de pessoas, ou seja 16,1% da população total, para mais de quinze milhões de pessoas, ou 23,4% (Wells et al., 1962). No entanto, proporções passivamente mais altas de eleitores se concentravam no Sudeste desenvolvido por oposição ao Nordeste menos desenvolvido, o que se correlaciona fortemente com os níveis de alfabetização e urbanização.³⁰ Nas quatro eleições presidenciais que se realizaram entre 1945 e 1960, de cinquenta a sessenta por cento dos votos foram obtidos nos Estados do Sudeste e no próprio Estado natal de Vargas, o Rio Grande do Sul.

A importância deste novo setor urbano não passou despercebida a Vargas (ou a seus sucessores) que cortejou abertamente o apoio político dos trabalhadores da indústria usando o aparato de Estado para conceder-lhes uma substancial legislação social, ao mesmo tempo que os mantinha sob controle através de um sistema de sindicatos hierarquicamente organizado sob os auspícios do Governo.³¹ Se a ideologia da era de Vargas parecia representar uma ruptura com a filosofia política elitista da Velha República, era ela igualmente tutelar, na sua visão autoritária paternalista e corporativista (Wiarda 1969). O povo só se uniu na qualidade de “uma massa para ser manipulada por líderes emergentes dos grupos dominantes, como um instrumento para a aquisição e preservação do poder” (Lopes 1966:63). Não obstante, como acabamos de ver, o grande número de

³⁰ Percentual da população total que vota

	1950	1954	1958	% Urbanos (1960)	% Alfabetizados (1960)
Nordeste	13.7	14.1	14.4	20	30
Sudeste	17.7	19.1	24.6	45	65

Fonte: Soares (1964: 169-70, 182).

³¹ O excelente balanço crítico feito por Schmitter sobre a sindicalização na era de Vargas demonstra, de modo convincente, que havia um conjunto definido de continuidades na cultura e na prática política dos regimes constitucionais prévios (197a:123ff.). “Getúlio Vargas talvez estivesse tão preocupado com a autopreservação que ele não conseguia dedicar-se muito a outros objetivos, embora sua filha afirme que sua concepção básica de seu papel era a de tutelar a política” (ibid., 75). Para uma visão bastante diferente da era de Vargas como a gênese de uma democracia populista que durou até o golpe militar de 1964, ver Ianni (1970).

trabalhadores urbanos que Vargas havia incorporado ao Estado sindicalista constituiria um importante legado para a política pós-ditatorial da Segunda República com a proliferação de partidos políticos e de coalizões *ad hoc* a nível estadual, eles forneceriam o apoio básico para os líderes populistas, que também viriam a competir pelo voto.

O próprio Vargas havia começado a prever uma volta à política eleitoral pouco antes que os militares novamente liberalizados pelo pequeno papel que desempenharam na derrota do fascismo na Europa se pusessem em campo para acabar com o Estado Novo com 949 e de Estado em 1945. Uma nova lei eleitoral em 1932 havia atendido às reivindicações do setor médio urbano ao determinar eleições honestas através de controles federais apoiados num Judiciário fortalecido, a extensão do sufrágio às mulheres e aos maiores de dezoito anos de idade, o voto secreto, o voto obrigatório e uma representação proporcional. No entanto, persistia a exigência de alfabetização.³² Embora isto não impedisse o acesso ao voto por parte de uma população urbana em rápido crescimento que tinha acesso a rudimentos de educação, esta exigência limitada ao voto rural, consequentemente garantindo que o “comitê executivo dos fazendeiros de café e dos exportadores” (Jaguaribe 1969:398) não pudesse reafirmar seu controle sobre a Presidência e sobre as governadorias. Não impediu, entretanto, que a classe proprietária rural estendesse o seu domínio a um eleitorado rural ampliado, consequentemente garantindo-se um controle contínuo sobre o Congresso federal, sobre as legislaturas estaduais e sobre os seus próprios distritos municipais. De fato, tem se argumentado que nos Estados onde o equilíbrio demográfico pendesse acentuadamente em favor das zonas rurais, o sistema de representação proporcional valorizava, de maneira desproporcionada, o voto rural nas eleições para o Congresso.

A Constituição de 1946 não só legitimou a Segunda República como também lançou as bases de um sistema político de múltiplas camadas, tão

³² Um exame cuidadoso dos dados sugere os limites atualmente impostos ao sufrágio pela exigência de alfabetizado. Sodré, por exemplo, demonstra que em cada trinta e um milhões de eleitores potenciais com mais de dezoito anos de idade em 1950, somente 13,8 milhões, ou cerca de 44 por cento, estavam de fato registrados para votar na eleição de 1958. Se considerarmos que somente quinze milhões dentre um potencial de quarenta e cinco milhões de eleitores estavam registrados em 1962, descobrimos uma queda na dimensão do eleitorado para 34 por cento relativo à população em condições de votar (1967:220-21). Sobre a injustiça de se negar o direito de voto ao analfabeto, ver Weffort (1965:165).

cheio de conflitos internos que, dentro de duas décadas, seria dissolvido. De um lado, a Constituição fortaleceu o cargo de presidente concedendo-lhe poderes amplos para legislar por decretos e estabelecendo sua eleição direta, por voto popular, assim tornando-o sensível às reivindicações da massa urbana emergente. Por outro lado, garantia um constante domínio rural sobre o Congresso, ao estabelecer representação igual para todos os Estados no Senado, e representação proporcional na Câmara dos Deputados, onde os lugares eram alocados com base no total de votos obtidos por partidos em cada Estado (Soares 1964:16566). Embora os candidatos a cargos executivos se voltassem, de maneira crescente, para um eleitorado independente³³ ao qual prometiam reformas básicas, o Congresso permanecia um composto de interesses conservadores e paroquiais, um impasse governamental entre os ramos Executivo e Legislativo (Furtado 1965).³⁴

Portanto, a própria Constituição representava uma acomodação improvável entre uma estrutura arcaica e um novo eleitorado que não era facilmente satisfeito. O impasse também foi duplicado no nível estadual. Ao estabelecer eleições diretas através de sufrágio popular para a escolha dos governadores, das assembleias legislativas estaduais, dos prefeitos e das câmaras de vereadores, a Constituição estimulava uma proliferação de

³³ A importância deste voto nas eleições para presidente e para governador é demonstrável, começando com a conquista, por um candidato populista, do governo de São Paulo em 1947. Reflete-se novamente na vitória eleitoral de Vargas para a sua segunda presidência em 1950 e no fato de que seu discípulo, o antigo Ministro do Trabalho João Goulart, tenha recebido mais votos como um candidato à vice-presidência do que Kubitschek recebeu como candidato à Presidência em 1955, quando ele perdeu votos para o populista Adhemar de Barros (Skidmore 1967:149). Novamente, a vitória de Jânio Quadros na eleição presidencial de 1960 desafiou as esperadas lealdades partidárias (Weffort 1970:390 fs.), embora o testemunho mais significativo da independência dos eleitores urbanos talvez tenha sido o fato de que um rinoceronte do zoológico de São Paulo recebesse 90.000 votos na eleição de 1959 para prefeito daquela cidade. O fenômeno não se limitava ao Sudeste. De fato, talvez o fato mais indicativo desta tendência tenha sido a eleição de Miguel Arraes em 1962 para governador do Estado nordestino de Pernambuco, onde a industrialização estava apenas se iniciando e a cidade-capital de Recife havia crescido para mais de um milhão de pessoas (de Kadt 1970:48).

³⁴ Mesmo se tivessem o intento de realizar reforma agrária, o que seu compromisso com os interesses agrários tornava improvável, os sucessivos presidentes até Jango Goulart (1961-64) hesitaram em usar seus poderes de decreto com medo de alienar o Congresso, cujo apoio era necessário para outras medidas. Ver Skidmore (1967:169, 379-80n.15).

políticas de partido e um sistema político altamente competitivo a nível local, que era igualmente insensível às necessidades do eleitorado.³⁵ Como veremos adiante, a estrutura do partido era pouco mais do que um mecanismo para angariar votos, que operava principalmente na época das eleições. Os partidos eram sensíveis às necessidades da liderança política a que serviam, mas eram totalmente incapazes de atender às reivindicações do eleitorado, que ajudaram a criar.

As políticas de sindicalização e de previdência trabalhista aplicadas por Vargas serviram como o ponto de partida para a mais importante das novas organizações partidárias, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que uniu os trabalhadores urbanos e os chefes sindicais sob a liderança de um novo patrono. A política de conciliação de Vargas com relação aos burocratas da classe média, os proprietários de terra e os industriais atraiu estes elementos, aparentemente incompatíveis, à sua causa através do partido Social Democrático (PSD). Uma coligação anti- Vargas, composta de elementos de classe média de tendência liberal, alienados pela ditadura do Estado Novo, e de oligarcas rurais deslocados na medida em que o regime consolidava a sua posição, fundou mais tarde a União Democrática Nacional (UDN). O Partido Comunista brasileiro (PCB) teve uma curta aparição no cenário e passou à clandestinidade em 1947. O único outro partido importante foi o Partido Social Progressista (PSP), partido populista com suas bases principais em São Paulo. Ainda assim, a estrutura partidária foi se multiplicando, coalescendo e se transfigurando, até o ponto de, na eleição de 1962, haver um total de treze partidos competindo, a nível nacional, por lugares no Congresso (Soares 1964:165).

Sob diversos aspectos, estes “partidos personalistas e clientelísticos” (Schmitter 1971a:387) constituíam emanações múltiplas do antigo Partido Republicano da República Velha. Eles eram, essencialmente, organizações de âmbito estadual sem uma ideologia dominante, em plataformas políticas nacionais (Ianni 1965:37ff). Do mesmo modo que o antigo Partido Republicano, esses partidos englobavam uma multiplicidade de interesses locais, que variavam de região para região. A diferença estava no fato de que agora vários partidos participavam nas eleições de cada Estado e

³⁵ Schmitter (1971:29-30) sugere que o sistema passou de semicompetitivo (competição a nível local) para plenamente competitivo (competição a níveis locais e nacional) durante o regime de Goulart.

geralmente dois competiam em cada município. Por exemplo, em Alagoas, Estado nordestino de base agrária, a UDN tornou-se o partido dos usineiros de açúcar, donos de engenhos industriais altamente mecanizados desenvolvidos sob a tutela dos interventores do Estado Novo, ao passo que o PSP era constituído pelos donos de fazendas de gado e fazendeiros de fumo, que apelavam diretamente para o limitado voto urbano e que faziam barganhas com alguns usineiros independentes do litoral.

Não existia mais um Partido Republicano único que servisse como máquina eleitoral bem azeitada para uma oligarquia tradicional. Ao contrário, o PTB, o PSD, a UDN, o PSP e diversos outros partidos menores, organizados para que os novos aspirantes pudessem dispor dos veículos necessários para concorrerem abertamente a cargos públicos, competiam pelo poder político. Sem dúvida, faziam-se inúmeros acordos e não faltavam “alianças espúrias”, como por exemplo a chapa PSD/PTB que elegeu para governador o irmão do antigo Ministro da Guerra de Vargas, ou a coligação PSD/UDN que apoiou o genro do seu Ministro do Trabalho numa sangrenta campanha por uma governança em 1950, na qual os dois candidatos da oposição foram assassinados.³⁶ Ainda assim, a decisão final era tomada pelo “povo” no dia da eleição,³⁷ e mesmo neste Estado secundário — conhecido por sua política de cangaço — o crescimento de um eleitorado independente começou a se fazer sentir nas urnas.

Muniz Falcão, antigo deputado trabalhista (PTB) na época de Vargas, estabeleceu uma coligação que veio a se tornar o PSP estadual, derrotando os candidatos da UDN e do PTB nas eleições para governador em 1954. Uma nova força, que seria decisiva nas eleições legislativas de 1958 bem como nas eleições para governador de 1960, havia emergido na política estadual quando um candidato independente, com reputação de reformador honesto, entrou no executivo estadual à sombra de Jânio Quadros. Não obstante, cada um dos governos sucessivos imediatamente tentou assegurar,

³⁶ A revolução de 1930 destronou a aristocracia açucareira que havia dominado o Estado da República Velha. Através de uma série de intervenções estaduais e municipais a família Góes Monteiro consolidou seu controle sobre o Estado. Durante quase duas décadas, detiveram um poder jamais desafiado, enquanto a oposição era brutalmente silenciada ou então era enredada na enorme cadeia de patronagem que se estabeleceu sob o Estado Novo. Sou grato a Rosemary Messick, da Universidade da Califórnia em San José, pela informação sobre políticos estaduais em Alagoas durante a Segunda República (comunicação pessoal).

³⁷ Ver Sodré (1967:187ff.) para um debate sobre “Quem é o povo no Brasil?”.

e ampliar a sua permanência no Estado através da oferta de inúmeros empregos burocráticos e de outras formas de patronato, o que agora era um procedimento republicano padrão. Calcula-se que Muniz Falcão nomeou cerca de quatro funcionários nos últimos dias de sua administração. O Major Luis Cavalcante, candidato vitorioso na eleição estadual de 1960, foi apoiado por um elemento da UDN que rapidamente preencheu a sua burocracia administrativa, colocando-a numa posição estratégica para capitalizar os recursos despejados no seu Estado pela USAID em 1961 através da Aliança para o Progresso.

Cada município do Estado recebeu recursos para a construção de escola, industrialização em pequena escala, eletrificação e outros projetos filtrados pela máquina da UDN, assegurando-lhe uma vitória substancial nas eleições legislativas de 1962. O poder retirado dos usineiros de açúcar por Vargas em 1930 foi devolvido sob a forma de ajuda externa. Além do mais, apenas uma pequena parcela desta ajuda chegava efetivamente ao povo, a quem se destinava. As políticas de clientela que haviam impregnado a Segunda República baseavam-se nas relações entre dois indivíduos, o eleitor e o candidato (Weltort 1965:166), ou, mais frequentemente, o seu cabo eleitoral, que distribuía as rendas municipais em troca de votos.

No nível municipal, continuava a mesma política de sempre, só que agora duas facções competidoras, servindo os interesses de rivais locais mais importantes — às vezes as novas elites comerciais em oposição aos “filhos nativos” dos proprietários — organizavam-se também em linhas partidárias. Os partidos políticos tornaram-se instrumentos de amargas lutas de facções pelo acesso aos recursos municipais. A Constituição de 1946, apesar de suas tendências centralizadoras, tornou o controle dos cargos municipais particularmente atraente na medida em que especificou uma grande “autonomia” local que permitia aos prefeitos organizar os seus serviços públicos e administrativos, ganhar e gastar sua própria renda, coletar certos impostos e taxas exclusivamente para seu uso próprio e utilizar, de acordo com o seu próprio critério, uma parte das rendas estaduais e federais que retornavam ao tesouro municipal. Era também garantia que o sistema de patronato estadual, tão fortemente desenvolvido na República Velha, crescesse a passos acelerados desde que os funcionários municipais em posições de chefia não tivessem fundos suficientes para fornecer qualquer tipo de serviço local regular (Donald

1959:21).³⁸ O prestígio político e um séquito político ainda dependiam inteiramente de “kickbacks”^{*} obtidos dos funcionários estaduais e federais. Ao mesmo tempo, o controle da concessão do *status* de município, e conseqüentemente, da concessão de recursos, foi concedido aos Estados. Considerando-se que a criação de cada novo distrito administrativo também estabelecia um novo “feudo” político, os líderes locais estavam prontos a “negociar” com as autoridades estaduais sobre a questão da independência municipal.³⁹ “A barganha sobre a qual o Estado Novo havia sido fundado patronato em troca de promessa de apoio serviu como um suporte aos partidos políticos; em outras palavras, votos em troca de cargos políticos.” (Jaguaribe 1964:144).

Para todos os fins práticos, “... o principal resultado da transformação política nos municípios do interior foi que as suas estruturas políticas deixaram de ser monolíticas” (Lopes 1971:189). A simples agregação do total de votos nas listas eleitorais deixara de ser uma garantia do apoio da oligarquia do Estado, como acontecera na República Velha. Não existia mais um *superpatrão* enraizado na sede da assembleia legislativa estadual ao qual o coronel da época pudesse aderir. Agora era necessário que os contendores políticos locais buscassem votos para vencer as eleições municipais e que contribuíssem para a vitória de seu partido no Estado, já que o Governo no poder oficialmente manteria seus compromissos para com um município cujos chefes políticos fossem membros da oposição. Neste sistema, foram reavivadas as mesmas técnicas fraudulentas para o registro de eleitores usadas na República Velha, só que agora empregavam-se cabos eleitorais⁴⁰ para organizar o maior número possível de eleitores no

³⁸ O imposto sobre propriedade rural era uma das mais importantes rendas recolhidas pelo Estado. Em 1961, passou para a competência do município e depois voltou para o Governo federal em 1964, “onde era mais provável que seria recolhido e menos provável que fosse redistribuído em favor de governos locais” (Schmitter 1971a:271).

^{*} Isto é, de dádivas retribuídas por parte de uma soma em dinheiro recebida em virtude de ajustes *confidenciais* ou de coação. (N. da Ed. Bras.)

³⁹ O número total de municípios no Brasil dobrou durante a Segunda República. No Estado de Minas Gerais, o número cresceu de 16, durante o período colonial, para 95 sob o Império e finalmente para 316 em 1948, 388 em 1953, 405 em 1958, 722 em 1963 (Burns 1970:329), em cada caso logo após as eleições para o Congresso. Para um fascinante exame da criação de um novo município, ver Della Cava (1971).

⁴⁰ Singer define um *cabo eleitoral* como “... um líder local que dispõe de algumas dezenas ou, no máximo, de umas centenas de votos, um número insuficiente para permitir que ele

município. Os analfabetos aprendiam a assinar o nome; os menores de idade recebiam falsas certidões de nascimento; pagavam-se os registros; e os eleitores recebiam “apoio moral” durante suas aparições diante da mesa eleitoral.

Deste modo, os políticos rurais ampliavam seu séquito eleitoral,⁴¹ conquanto agora fossem necessários mecanismos adicionais para controlar os votos que eram criados. A coerção foi adicionada a uma longa lista de medidas mais sutis usadas para o arrebanhamento de apoio eleitoral. O voto seco tornou-se inoperante nas urnas. A votação era rigorosamente controlada através da impressão de células separadas para cada partido — frequentemente em cores nitidamente diferentes — ou através da colocação de urnas separadas, de modo que os camponeses pudessem ser observados ao depositarem o seu voto “secreto”. Nas ocasiões em que se distribuíam envelopes, como medida de precaução, eles eram previamente recheados com cédulas marcadas para que, automaticamente, fossem anulados os votos da oposição. Nesta altamente competitiva arena local as políticas de adesismo começaram a se decompor na medida em que os partidos políticos se foram tornando mais institucionalizados.

Estes aspectos da vida política rural podem ser ilustrados com dados retirados de minha própria pesquisa de campo. Em Guaiamu, Alagoas, município no qual realizei o meu estudo, a política de cangaço que caracterizava as lutas interfamiliares pelo poder na República Velha cedeu lugar a uma relativa paz e prosperidade no Estado Novo. Uma usina de açúcar foi construída no vale principal do município em 1927, sendo transformada em uma agroindústria altamente mecanizada em 1939. Os novos proprietários, um antigo fabricante de têxteis e seus dois filhos, imediatamente começaram a concentrar as suas propriedades no município,

próprio se candidate a um cargo eletivo. Ele é uma espécie de advogado administrativo de sua comunidade, que pode ser um povoado, uma favela, uma associação ou um clube recreativo” (1965:74).

⁴¹ Em um estudo fascinante da política a nível local no Estado nordestino da Paraíba, Blondel registra um aumento de 56 por cento de eleitores registrados entre 1945 e 1950 enquanto o crescimento total da população no Estado foi de apenas 11 por cento no mesmo período. Estas cifras revelam fraudes eleitorais significativas, na medida em que o número de eleitores registrados excede o número estimado de analfabetos acima de quinze anos de idade, por volta de 60.000. A idade mínima para votar, na época, era de dezoito anos (1957:73-74).

absorvendo os produtores de cana-de-açúcar, até então independentes, e tornando-se os maiores proprietários de terra, atingindo cerca de 15.000 hectares em 1965. Naquela época, a usina empregava trezentos operários e oitocentos trabalhadores rurais, sendo a maior empregadora do município, com controle direto sobre uma proporção significativa dos três mil cento e quinze eleitores do distrito. Esta empresa familiar, com a sua casa-grande, a capela e a usina, tipifica de certo modo a problemática da moderna fábrica-do-campo, que precisa amenizar o comportamento empresarial do gerente frente às expectativas dos camponeses e trabalhadores rurais, ainda parcialmente sintonizados com aqueles símbolos patronais dos tempos antigos.

Já descrevi o modo pelo qual os usineiros dominam a vida política de Guaiamu, utilizando as estruturas administrativas e legislativas para seus próprios objetivos econômicos. Na qualidade de principais contribuintes, responsáveis pela parcela mais importante da renda do município, sua influência sobre a vida pública é assegurada. Mesmo assim, são eles que escolhem os candidatos aos cargos municipais — entre os burocratas e a elite comercial residente na sede do município — financiando suas campanhas através da UDN, o partido majoritário em Guaiamu. Na qualidade de proprietários do terceiro maior engenho de Alagoas — e que apresenta o mais rápido crescimento —, com investimentos de grandes proporções e um escritório central na capital do Estado, eles também exercem considerável influência na política estadual. Já ouvi dizer que o proprietário da usina foi diversas vezes convidado a se candidatar a governador do Estado, mas nunca aceita o convite, argumentando “a política não é o meu forte”. No entanto, ele é consultado acerca de todos os assuntos relacionados à UDN no Estado, e nas eleições para a Câmara Federal, em 1962, ele fez com que um antigo empregado fosse bem posicionado na lista eleitoral de modo a ganhar um lugar na Câmara de Deputados.⁴²

⁴² Singer distinguiu três tipos de políticos profissionais no Brasil: o coronel, o representante de um grupo econômico e o político clientelista que “...difere do representante de um grupo econômico principalmente pelo fato de não estar ligado a interesses econômicos específicos” (1965:77). Obviamente os usineiros não se encaixam em nenhuma destas categorias, embora *os seus representantes no Congresso* possam ser um bom exemplo de representantes de um grupo econômico. Muniz Falcão é um excelente exemplo de político clientelista.

Não obstante a sua riqueza e o seu poder, a soberania dos usineiros em Guaiamu não deixou de ser desafiada. O seu principal opositor era o Sr. L., um velho coronel e proprietário de um imenso canavial, antigo senhor todo-poderoso da região durante a República Velha. Desde 1945, o Sr. L. era membro do PSP e representava os interesses de seu partido no município. De um certo modo, ele era uma espécie de cabo eleitoral glorificado, que trabalhava para a organização do partido no Estado. Por outro lado, era um político ao estilo antigo, amado e temido pela população local. Seus principais seguidores eram quatrocentos capangas e suas famílias, foragidos da justiça e refugiados na sua “plantation”. Lá eles se beneficiavam das imunidades que ele gozava na qualidade de parlamentar, e ele, por sua vez, não hesitava em usá-los para complementar suas atividades políticas convencionais.

Até 1956, a família do Sr. L. era a proprietária de uma enorme extensão de terra, cerca de trinta e quatro mil hectares, a maior parte localizada num município vizinho, com porções substanciais estendendo-se pelo município de Guaiamu. A terra foi vendida para um projeto de colonização sob a direção de um suço ligado ao movimento trabalhista social que havia sido convidado por Vargas para organizar cooperativas agrícolas. Embora os administradores da colônia tivessem preferido manter-se afastados da política municipal de Guaiamu, preferindo aderir à política da usina de açúcar, eles sofreram repetidos assaltos armados pelos capangas do Sr. L., que procuravam recuperar, na base de tiros, o domínio que seu patrão não conseguia obter através das urnas.⁴³

Enquanto os usineiros se mantinham fora da briga, operando através de cabos eleitorais que representavam a UDN nos povoados, o Sr. L. participava ativamente na luta política. Fazia discursos, prometia favores e, talvez o mais importante, tornava-se o padrinho de inúmeras crianças e compadre de uma vasta rede de seguidores leais. Seu prestígio pessoal e o número de seus seguidores eram muito maiores do que os dos cabos eleitorais que, endividados aos usineiros pela patronagem, não conseguia traduzir sua lealdade em número de seguidores fiéis.

⁴³ Esta agitação chegou ao máximo durante os turbulentos anos da presidência de Goulart. O leitor não deve confundir a luta desesperada empreendida pelo Sr. L. pela volta ao poder com agitação popular, assim como a transformação, pelos usineiros, da sede da fazenda em uma praça-forte não deve ser confundida com um ato de repressão.

O município borbulhava com atividades febris de campanha política: registro de eleitores, distribuição de propaganda e coleta de votos no dia da eleição. Os moradores dos povoados eram organizados em facções da UDN ou do PSP, cujos líderes lutavam arduamente pela vitória eleitoral e pelas recompensas subsequentes.⁴⁴ Povoados inteiros eram divididos em linhas partidárias e o faccionalismo passou a permear todos os aspectos de sua vida. Em Coqueiral, a comunidade em que morei durante 1964 e 1965, os partidários da UDN e do PSP agiam separadamente nas atividades econômicas, religiosas e sociais. Os udenistas pescavam com outros udenistas, e os pessepistas frequentavam uma capela construída pelo seu líder local. A igreja ficava aberta apenas quando o pároco vinha ao povoado, e ele era udenista, intimamente associado aos usineiros e aos chefes políticos municipais. O cabo eleitoral da UDN era o diretor da agência local da Colônia de Pescadores estabelecida ao longo da faixa costeira durante o Estado Novo. O líder do PSP era secretário de uma cooperativa de poupança e empréstimo aos pescadores, cujos membros se constituíam daqueles que se recusavam a pagar impostos à Colônia, alegando que dela nunca tinham recebido quaisquer benefícios.⁴⁵

A maior parte das disputas decorreu em função dos benefícios esperados. Nestas campanhas políticas havia poucos temas, muitas promessas e algumas vantagens. Por exemplo, o povoado ganhou um posto de saúde pela sua participação na eleição de 1950 e um motor diesel para o fornecimento de eletricidade depois da eleição de 1962. Estes benefícios foram concedidos através dos partidos. Assim, injeções e eletricidade foram dispensadas gratuitamente aos partidários, enquanto as sinecuras correspondentes foram “mantidas em família”. O presidente udenista da Colônia de Pescadores distribuiu uma série de prêmios políticos entre os seus três irmãos, uma irmã, um sobrinho, uma sobrinha e um tio (Forman 1970:38ff.) Tal nepotismo não lhe granjeou a simpatia dos moradores empobrecidos do povoado, que ficaram ainda mais alienados pelo uso

⁴⁴ O nível a que o faccionalismo em política de cidade pequena perverte os processos democráticos, solapa energias políticas e penetra na vida social e econômica tem sido descrito em uma série de estudos sobre comunidades. Um excelente balanço crítico do problema pode ser encontrado em Harris (1965:186ff.). Ver também Shirley (1971). Para um comentário geral sobre o faccionalismo, ver Nicholas (1965).

⁴⁵ Um exame completo desta rivalidade de associação e dos resultados econômicos e políticos relacionados com ela pode ser encontrado em Forman (1970).

indiscriminado que ele fez da polícia municipal para manter a oposição na linha. Em contraste com a distância que separava os moradores do povoado dos proprietários dos engenhos de açúcar, esta manipulação arrogante do poder por parte do manda-chuva local começou a colocar o eleitorado contra a UDN. Mais do que um apelo populista, foi a confiança e a fé na liderança paternalista das elites tradicionais, na pessoa do Sr. L., que os atraiu para o PSP.

De maneira lenta mas firme, o Partido Social Progressista penetrou no eleitorado, principalmente nas eleições das quais o próprio Muniz Falcão participou. Na eleição estadual de 1965 a UDN ganhou no município de Guaiamu e no povoado de Coqueiral por uma margem pequena. Houve, no entanto, provas de que os membros da Colônia de Pescadores votaram maciçamente no candidato do PSP, apesar de vastas somas procedentes da usina que foram usadas para a compra de votos (o equivalente a US\$ 1 por pessoa naquela época) e de quantidade de carne destinada às festas pré-eleitorais.⁴⁶

A compra ostensiva de votos nas eleições de 1950 e de 1960 é apenas um dos vários indicadores de que a crescente competição pelo apoio não ocorria mais através das relações patrão-dependente.⁴⁷ Agora os cabos eleitorais e os chefes políticos adulavam e coagiam os eleitores numa tentativa desesperada de controlar o eleitorado rural. Uma vez, presenciei o seguinte diálogo no escritório da usina, quando um trabalhador foi chamado para explicar por que sua esposa estaria apoiando o candidato do PSP:

P: Você vai votar em quem, Zé?

R: No candidato do Senhor!

P: E sua mulher?

⁴⁶ Embora a UDN tenha ganho a maioria das eleições no município, há uma forte probabilidade de que elas tenham sido fraudulentas, e diversas entrevistas realizadas no local indicam que houve grande número de dissidentes que votaram em candidatos do PSP entre os camponeses e os trabalhadores agrícolas não residentes na cidade da usina e nas terras da usina.

⁴⁷ Ver Sodré (1967:221) para uma análise da compra de votos nas eleições de 1958. Em um caso, as vantagens políticas obtidas com as verbas para o combate à seca foram de fato usadas para a compra de votos no Estado do Ceará e não despendidas com a liberalidade costumeira. Ver também Blondel (1957).

R: Ah... isso é mais difícil. Ela é comadre do Sr. L.

Zé foi despedido no dia seguinte, recebendo ordens para sair da “rua” da usina e de suas redondezas, ainda que mais tarde voltasse ao seu trabalho.

Este comportamento decididamente não-paternalista resultava no descontentamento do eleitor, refletido no alto índice de abstenção do eleitorado logrando a lei eleitoral obrigatória. Por exemplo, somente cinquenta e seis por cento dos eleitores registrados em Alagoas compareceram às urnas nas eleições de 1954, o que, juntamente com acontecimentos subsequentes, sugere um boicote aos usineiros. Em 1958, depois que um interventor substituiu Muniz Falcão, o governador populista do PSP, no rastro do assassinato do presidente udenista da Assembleia Legislativa do Estado, um número recorde de eleitores (92,3%) compareceram às urnas, para expressar a sua vontade, aumentando a bancada do PSP na Assembleia de três para quatorze, às custas da representação da UDN .

Mas estas defecções não ocorreram da noite para o dia. No princípio, o livre arbítrio da população trabalhadora rural ficou limitada a uma independência na sua conduta eleitoral, “... uma ausência de submissão aos chefes” (Blondel 1957:101). Esta mudança ocorreu com a competição das recém-chegadas elites comerciais e com a extensão do “estado cartorial” que deu aos camponeses e aos trabalhadores rurais um modelo alternativo ao poder monopolista do coronel.⁴⁸ “A dependência transformou-se em clientelismo na medida em que os camponeses e os trabalhadores rurais puderam escolher entre mais e um patrão” (de Kadt 1970:23). Mais tarde, às atividades aos cabos eleitorais começaram a convencê-los de que os vestígios do paternalismo não eram mais viáveis. O resultado final deste fenômeno foi bem descrito num estudo das relações de trabalho nas agroindústrias do Brasil rural:

Os laços de obrigação e lealdade se quebram. Um processo acumulativo e circular implanta-se e o comportamento e as relações afastam-se cada vez mais dos padrões patrimonialistas. O processo é

⁴⁸ Ver Shirley (1971:84-85, 106ff.) para uma análise detalhada de como a extensão da burocracia em Cunha, no Estado de São Paulo, minou a autoridade tradicional das elites proprietárias de terras, principalmente através da ascensão da lei metropolitana acima da lei pessoal.

irreversível e sua resultante é a gradual dissolução dos vínculos patrimonialistas. (Lopes 1 71:192).

Se observarmos mais de perto, tem-se a impressão de que, se a ordem patrimonial estava ruindo, era por que já não existia mais o patrimônio.

Concomitantemente, estava também em curso um processo de politização. Como alvos de uma caça-ao-voto competitiva no nível local, os camponeses e os trabalhadores agrícolas receberam uma série de promessas e alguns pagamentos, que, ao menos, lhes ensinou o valor em dinheiro, de seu voto. Além disso, os candidatos presidenciais e governadores começaram a apelar diretamente para o eleitorado, prometendo-lhes reformas básicas para problemas que não mais pareciam ser particulares ou individuais. A retórica de suas campanhas políticas pelos meios de comunicação de âmbito nacional identificou as reivindicações das massas rurais exigindo as soluções que o Governo afirmava possuir. Os camponeses também começaram a reconhecer certas responsabilidades. Por exemplo, os moradores de Coqueiral censuraram, de modo metatético, os *brogueses* que se apropriavam de todos os bens trazidos pelo desenvolvimento do município. Antes que os militares fizessem a sua revolução “preventiva” em 1964, todos os trabalhadores rurais estavam convencidos de que a Sudene, cujos núcleos experimentais de agricultura e projetos de industrialização se espalhavam pelo interior, resolveria a longo prazo a crise agrária do país e cada um deles procurava obter o seu quinhão.

Não tardou a tornar-se óbvio, no entanto, que a relação entre o cliente e o cabo eleitoral do candidato não era feita para atender ao tipo de demanda que o camponês agora fazia ao sistema. A estrutura do partido também era inadequada. Uma vez que os funcionários públicos locais exerciam as funções essencialmente administrativas — exceto quando estavam despendendo recursos para reeleger os seus benfeitores — eles tampouco podiam ser utilizados para levar as queixas dos camponeses até os detentores do poder. As massas rurais começaram a procurar líderes de fora capazes de articular as suas reivindicações e de pressionar o sistema social como um importante “lobby” de âmbito nacional.

Da República Nova à Revolução “Redentora”: A Massificação da Política

Em artigo recente tentei explicar as condições que propiciaram a participação política das massas no Brasil rural e descrever as formas que tomou tal participação (Forman 1971). Na minha opinião, a urbanização, a industrialização e a conseqüente comercialização da agricultura criaram demandas para maior produção e consumo nas áreas rurais. Estas demandas conduziram a uma ruptura as formas tradicionais de posse e uso da terra e a um descontento generalizado. Entre 1946 e 1964 houve um tremendo crescimento urbano no Brasil, e a este seguiu-se uma rápida industrialização. Os movimentos de população trouxeram grandes pressões sobre as áreas urbanas, e igualmente sobre o campo.⁴⁹ As demandas para o aumento da produção agrícola e para uma racionalização do sistema de comercialização contribuíram para uma súbita valorização da terra cultivável e o conseqüente deslocamento de massas camponesas. A migração rural-urbana e a circulação de novas ideias contribuíram para a formação de uma consciência camponesa ou, pelo menos, de um reconhecimento de que as suas necessidades não poderiam ser comunicadas através dos canais “tradicionais”.

Ao mesmo tempo, os resultados de um sistema de comercialização racionalizado — isto é, melhorias significativas em transporte e meios de comunicação — abriram as áreas rurais, aos organizadores políticos urbanos que passaram a recrutar camponeses e trabalhadores agrícolas em massa para as ligas camponesas e os sindicatos rurais que rapidamente na década de 1950 e no começo da década de 60.⁵⁰ As federações estaduais dos

⁴⁹ A população urbana aumentou de 31,2 por cento em 1940 para 45 por cento em 1960 (CIDA 1966:61). A população rural cresceu a uma taxa consideravelmente menor.

⁵⁰ Uma explicação comum para o fracasso das ligas camponesas nas suas incursões pelo Estado de Alagoas é que os donos de engenho ali residem e prevalece o sistema de patrão. No entanto, o exame precedente, assim como o fato de que a história de Alagoas está repleta de episódios de banditismo social e de que os alagoanos engrossaram as fileiras das romarias religiosas para Juazeiro, tornam insustentável semelhante explicação. Eu acredito que o fracasso das ligas camponesas em fazer progresso em Alagoas reflete o atenuado desenvolvimento do sistema de mercado interno daquele Estado se comparado a outros, o que significa que a posse da terra era, de maneira geral mais segura. Os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja fizeram alguns progressos entre o proletariado rural na parte mais ao norte do Estado. Desde que o comportamento dos eleitores parece mudar em áreas onde não operavam sindicatos e ligas, como no caso de Alagoas, poderíamos dizer que a mobilização

sindicatos rurais realizavam reuniões em todo o país e o primeiro Congresso Nacional de Lavradores e de Trabalhadores Rurais realizou-se em Belo Horizonte, em 1961.⁵¹ Em consequência do intenso interesse pela organização dos trabalhadores rurais, o Ministério do Trabalho — que já foi “a pedra no sapato” do movimento sindical — publicou um opúsculo em 1962 contendo instruções para a organização sindical (Brasil, Ministério do Trabalho, 1962).⁵² Além disso, a Superintendência da Reforma Agrária (Supra) foi criada em 1962 especialmente para trabalhar com o crescente movimento camponês. Em 1963, quinhentos sindicatos, com mais de meio milhão de membros, estavam reunidos sob a égide da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (*Desenvolvimento e Conjuntura* 1964a:33-34).⁵³

Na realidade, não era só um movimento camponês no Brasil, mas sim vários, que se diferenciavam em termos da origem socioeconômica de seus membros rurais e pelos líderes que deram voz às suas reivindicações. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais era composta pelos mais variados grupos, tais como sindicatos rurais apoiados pela Igreja, ligas camponesas, a radical Frente Agrária Católica do Paraná e Rio Grande do Sul, pelo Sindicato dos Agricultores e dos Trabalhadores Rurais de São Paulo e pela Federação das Associações dos Agricultores e dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará. Além disso, de 1960 a 1963, as

formal em organizações políticas é uma consequência da elevação do nível de conscientização, uma sugestão gerada pelo estudo do MEB realizado por de Kadt.

⁵¹ Para informações sobre várias dentre estas convenções estaduais e nacionais, ver Silva (1961), Vera (1961, 1962), *I Congresso* (1961).

⁵² Uma lei de sindicalização rural já fora aprovada desde 1903, mas somente treze sindicatos resultaram desta lei (Price 1964:6). Além disso, estes tinham pouco significado no que se refere à formulação de reivindicações na medida em que agrupavam empregadores e empregados, conjuntamente, nas mesmas associações (Wilkie 1964:5). Ver Freitas Marcondes (1962) para uma análise da legislação trabalhista rural brasileira. Price (1964) oferece o exame mais completo acerca da legislação do trabalho rural e da sindicalização rural.

⁵³ A Confederação Nacional era composta por dez federações com duzentos e setenta sindicatos, mas trinta e três federações com quinhentos e cinquenta e sete sindicatos estavam esperando reconhecimento na época (SUPRA 1963:17). Huizer (1965:129) informa que a Confederação inclui vinte e nove federações de dezenove Estados e 743 sindicatos. Além disso, há um número inestimável de camponeses que eram obviamente simpatizantes mas temiam ligar-se ao movimento.

associações camponesas se multiplicaram nos Estados de Goiás, Bahia, Santa Catarina, e Minas Gerais.

Para o objetivo da presente análise, vou focar dois agrupamentos principais, as ligas camponesas de Francisco Julião e os sindicatos rurais organizados pela Igreja. As primeiras, lideradas por políticos e estudantes, trabalhavam essencialmente com os pequenos proprietários, arrendatários e parceiros, clamando por uma ampla reforma agrária, baseada na redistribuição das propriedades agrícolas. O outro agrupamento, apoiado pelos membros dissidentes da hierarquia católica, inclusive dois conhecidos bispos e vários padres abertamente críticos, concentrava-se na ampliação da legislação trabalhista, na elevação do nível salarial e em benefícios incrementais para os assalariados rurais. Além destas, havia outras associações de camponeses, tanto católicas radicais como independentes, que se dirigiam essencialmente aos trabalhadores assalariados, mas que adotavam uma posição reformista mais militante, advogando mudanças específicas no sistema de posse da terra.⁵⁴

Cada um desses movimentos se empenhava por objetivos diferentes, não somente em consequência de diferenças ideológicas entre os líderes, mas também porque as necessidades de seus associados refletiam os efeitos diferenciais que a comercialização da agricultura e a racionalização do sistema comercial estavam produzindo sobre a variedade de tipos rurais, no campo brasileiro. Ao mesmo tempo, o estilo e a forma dos movimentos, particularmente relações entre os líderes populares e as massas rurais, manifestam uma clara afinidade com o modelo geral da “cultura” política brasileira, tal qual a que se escreveu no início deste capítulo. Veremos adiante que as ligas camponesas e os movimentos sindicais rurais décadas de 50 e de 60 representam mais do que um rompimento com o passado, um episódio quase previsível na história com o passado, um episódio quase previsível na história do Brasil.

⁵⁴ Esta classificação corresponde substancialmente a uma tipologia de movimentos políticos camponeses na América Latina elaborada por Obregón (1967). Observando que sua classificação poderia estar incompleta em matéria de sustentáculos empíricos, Obregón passa a tratar as ligas camponesas no Brasil como uma organização monolítica, incluindo-as nas três categorias de movimentos camponeses (Obregón 1967:308). Já observamos que as ligas camponesas não são, com certeza, uma organização monolítica e que o seu nome deve ser encarado como uma referência genérica e não específica para o movimento como um todo.

As Ligas Camponesas De Francisco Julião

Francisco Julião, advogado, político e líder proclamado das Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro, entendia bem que diferentes sistemas de posse da terra e diferentes contratos de produção produziam diferentes subtipos camponeses, que provavelmente reagiriam diferentemente aos apelos no sentido de uma mobilização política. Ele dividia a população rural em proletariado, ou trabalhadores assalariados rurais; semiproletariado, ou trabalhadores com contratos temporários de trabalho na terra; e camponeses, ou aqueles que tivessem algum tipo de controle efetivo sobre a terra que cultivavam, seja na qualidade de parceiros, arrendatários, posseiros, seja como pequenos proprietários (1962:11). Ele acreditava que eram os camponeses que apresentavam as melhores condições para travar uma luta demorada contra o latifúndio (*ibid.*, 58), e apelou para que eles se unissem na construção de uma sociedade agrária eficaz.⁵⁵

Na realidade, as fileiras das ligas camponesas foram preenchidas pelos pequenos proprietários que não tinham condições de competir com o latifúndio em expansão. De modo geral, as ligas se difundiram mais rapidamente no agreste, onde pequenas propriedades de lavoura mista sofriam constante ameaça de incursões pelos canaviais das terras baixas do litoral e pelas fazendas de gado do sertão (Furtado 1965:148-49). Tudo indica que foi o desejo de transformar uma “plantation” subdividida em uma empresa de criação extensiva de gado que levou à expulsão dos

⁵⁵ Julião acreditava que o camponês que possuísse terra fosse mais eficaz do que o proletariado rural porque, de acordo com a lei brasileira, seus direitos estavam protegidos pelo código civil, tornando-o isento da rígida burocracia do Ministério do Trabalho porque ele podia pagar por assistência jurídica com o fruto de seu trabalho, e porque podia tomar a ofensiva em uma luta através da ocupação da terra e da retenção de sua parte nas rendas e parcerias (1962:58-62). Medidas legais provaram ser ineficazes na proteção dos direitos dos trabalhadores assalariados que não dispunham de recursos financeiros para custear a defesa legal e as condições econômicas mínimas para resistir ao proprietário (1962:5-57). Além disso, enquanto a relação entre trabalhador assalariado e empregador é basicamente econômica, baseada em um salário, a relação entre camponês e proprietário de terras diz respeito a direitos e então assume um caráter político desde o início (1962:64). Não obstante, Julião também apelava para os trabalhadores assalariados rurais para que integrassem os sindicatos, embora reconhecesse uma diferença fundamental entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais e acreditasse que o modelo para o sindicalismo comercial urbano não poderia ser simplesmente transplantado para o campo (1962:46-47).

camponeses da então famosa Fazenda Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco (Callado 1960:35; Harding 1964:47).⁵⁶ A defesa legal destes camponeses, feita por Julião e a subsequente expropriação da “plantation” e sua distribuição entre os parceiros foi, de fato, o primeiro ato dum drama que durou dez anos.⁵⁷ Além do mais, a primeira liga, fundada em 1959 em Sapé, no Estado da Paraíba, resultou, em parte, da expulsão do seu líder da terra. João Pedro Teixeira foi expulso da terra que ocupava sem qualquer indenização, quando o proprietário a vendeu a um membro da elite comercial cidadina que queria usá-la para fins especulativos (Carneiro, citado no CIDA 1966:338).⁵⁸ A grande maioria dos trabalhadores agrícolas em Sapé cultivava suas próprias pequenas roças (CIDA 1966:319-20), mas tinham que competir pela terra com a grande usina de açúcar no município. Parece então que mesmo quando as ligas camponesas operavam no meio da zona açucareira, elas estavam aparentemente atendendo ao grande número de agricultores camponeses que habitavam esta área e não especificamente ao número limitado de assalariados agrícolas que trabalhavam nas usinas.

Ao falar das bases do movimento, um jornalista otimista escreveu: “A liga (camponesa) começa no mercado, vai ao cartório e domina o mundo” (Borges 1962:255). Realmente, o mercado tradicional desempenhou o papel de “locus” físico do encontro no recrutamento dos camponeses no Nordeste brasileiro. Entretanto, o jornalista devia ter dito: “A liga camponesa vai ao mercado...” pois era aí, nas feiras semanais, que os organizadores urbanos encontravam uma audiência atenta entre o campesinato de outra forma disperso. Lá, na praça do mercado, eles foram contar a história da Galileia e a de Francisco Julião, e oferecer assistência jurídica e médica aos camponeses reunidos. Era na praça do mercado que o camponês vinha ouvir o trovador cantar suas canções sobre heróis da cultura popular e falar de acontecimentos importantes. Foi através do

⁵⁶ Já se observou que um dos principais incentivos à consolidação das propriedades rurais em todo o Brasil foi o crescente mercado da carne (CIDA 1966:24; Schattan 1961:75).

⁵⁷ Algumas referências adicionais sobre as ligas camponesas de Julião que não foram citadas em nenhuma outra parte neste livro são Leda Barreto (1963); Callado (1967); Gondim da Fonseca (1962); Julião (1962a, 1963); e Sodré (1963).

⁵⁸ João Pedro Teixeira foi baleado e morreu a 2 de abril de 1962, e o novo dono do engenho no qual ele vivia foi implicado no crime (Carneiro, in CIDA 1966:338). Uma grande manifestação foi organizada na capital do Estado a 1º de maio de 1962 em sua homenagem.

trovador que Julião propagou no campo a sua “Carta de Alforria do Camponês”. De fato, o movimento político camponês no Brasil, como em qualquer outra parte foi liderado de fora.⁵⁹ Julião explicitamente queria a organização de um movimento camponês bem centralizado, com uma base nas áreas urbanas, onde poderia ser protegido da classe proprietária (1962:46-47). Ao mesmo tempo, ele preferia organizar as ligas como sociedades rurais e não apenas como sindicatos sujeitos às exigências burocráticas da legislação sindical.⁶⁰

Em 1962, quando visitei a sede das ligas camponesas em Recife, fiquei impressionado com a ausência de qualquer estrutura burocrática formal. Instalada modestamente num local doado pelo Partido Socialista Brasileiro, que Julião representava na Câmara Federal, a sede ficava aberta a estudantes e camponeses, que se misturavam livremente, discutindo acerca de suas necessidades, do movimento e do seu líder, Francisco Julião. Nos vários dias de conversa que mantive com os jovens estudantes organizadores das ligas, fiquei surpreendido pela falta de uma posição ideológica claramente definitiva. Na medida em que falavam de seus planos, tornavam-se aparentes as diferenças individuais. O único objetivo que pareciam compartilhar era o de tornar o camponês “consciente da justiça social e dos seus direitos”. Reconhecendo e criticando o fracasso da tentativa de se construir uma organização que pudesse transformar as ligas camponesas numa unidade coesa a nível nacional, eles acreditavam que tinham de primeiro conscientizar a nação antes de estruturar e definir o movimento. Questionavam a capacidade de liderança de Julião e admitiam que a sua imagem tinha sido exagerada pela imprensa nacional e

⁵⁹ Obregón (1967:21) argumenta, corretamente, que a confederação de bandos de camponeses perdeu sua força no campo. No entanto, não há qualquer dúvida de que o movimento foi organizado por elites urbanas. Carneiro conta que os organizadores da liga em Sapé não eram camponeses mas sim trabalhadores com experiência sindical nas cidades, embora mais tarde o movimento viesse a ser dirigido quase exclusivamente pelos próprios camponeses (CIDA 1966:338).

⁶⁰ A legislação trabalhista no Brasil sempre se preocupou primordialmente com o trabalhador urbano (Freitas Marcondes 1951:339), e a sindicalização de trabalhadores rurais não podia deixar de ostentar a marca do Estado sindicalista de Vargas. A rígida organização hierárquica dos sindicatos, baseadas territorialmente e não-competitivas entre si, em federações estaduais e em uma confederação nacional de trabalhadores rurais subordinadas ao Ministério do Trabalho, colocava nas mãos da burocracia governamental o controle dos sindicatos.

estrangeira, mas assim mesmo continuavam a apoiá-lo lealmente como seu líder carismático e dedicado porta-bandeira. Mais importante que o aspecto personalístico é o seu tom tutelar e paternalista, colocando o movimento, desde o início, dentro da tradição elitista do sistema brasileiro.

Já se escreveu muito sobre as convicções pessoais de Julião. As descrições vão desde a crítica cáustica até os perfis extremamente românticos (Callado 1960, 1967; Horowitz 1964). Embora ele firmemente clamasse por uma reforma radical e até mesmo revolucionária, pode-se questionar se Julião realmente teve a intenção de abalar o sistema do qual fazia parte. Ele clamou por uma reforma agrária efetiva. Mas enquanto advogava a invasão de terras e o uso de *ameaça* de violência, ele também recomendava fortemente o uso prévio de processo judicial. Talvez o lema da Liga — “na lei ou na marra” — seja a melhor descrição de sua visão da estratégia para o movimento que obviamente continha um potencial radical, mas que se ressentia da ausência de uma liderança radical.⁶¹ É preciso lembrar que o próprio Julião era filho de um grande fazendeiro e há quem duvide que jamais houve uma reunião da Liga no município onde ficava a propriedade de sua família, embora fosse essa justamente a área de maior agitação no Estado.

Tudo indica que Julião era atraente a uma plateia radical pela própria natureza de suas reivindicações de mudanças na estrutura agrária. Sua intenção, entretanto, era usá-la como base para o seu próprio poder dentro da ordem estabelecida (Leeds 1964:196). Julião compreendia bem a luta do camponês e queria ajudar. Entretanto, ele foi explícito quando disse que uma das razões principais por que trabalhava com os camponeses, e não com o proletariado rural, era por que os parceiros, os arrendatários e os pequenos proprietários eram muito mais numerosos do que os trabalhadores assalariados (Julião 1962:67). De fato, os camponeses foram essenciais para

⁶¹ Callado (1967) argumenta que Julião estava disposto a usar meios violentos mas, em uma entrevista com organizadores das ligas em 1962, disseram-me que Francisco Julião acreditava na possibilidade de uma “revolução” pacífica. Há indícios de que, uma vez exilado do Brasil, sua posição se tenha tornado mais radical. Em uma declaração recente feita no México, ele escreveu: “Acreditamos ser impossível conquistar as massas partindo de cima para baixo, da cidade para o campo. E preciso viver com os camponeses, experimentar os mesmos problemas que eles enfrentam diariamente, lutar com eles como se fôssemos um deles” (1966:167).

o seu sucesso nas urnas.⁶² Chegou a ser acusado por um porta-voz do Partido Comunista de estar negligenciando os camponeses e concentrando suas energias políticas nas cidades (Borges 1962:259). Há também indícios de que ele tinha a intenção de conseguir a liderança das ligas camponesas como um todo,⁶³ quando as suas ambições obviamente ultrapassavam suas bases de apoio em Pernambuco, seu Estado natal. Embora algumas das associações camponesas autônomas do Nordeste brasileiro nunca o tivessem aceito como líder, não resta dúvida quanto à natureza populista de seu apelo às massas rurais.

As relações entre as ligas camponesas e o Partido Comunista são muito esclarecedoras a este respeito. Embora as ligas camponesas tenham sido fundadas com a ajuda comunistas (Callado 1967; Price 1964:45), é importante observar que Julião e o Partido Comunista Brasileiro tinham diferenças pronunciadas.⁶⁴ Em parte, estas resultavam do interesse que o Partido tinha pelo trabalhador assalariado rural, e da sua firme convicção de que a agitação com vistas à reforma agrária devia estar subordinada aos

⁶² Julião observou que existiam cerca de 40 milhões de camponeses no Brasil e somente cerca de 5 milhões de trabalhadores assalariados rurais (1962:67). Nas eleições de 1958 para a assembleia estadual, ele obteve 3.216 votos enquanto nas eleições de 1962 para a Câmara de Deputados federal ele teve uma vitória fácil com um total de 16.200 votos (Price 1964:42-43). Segundo Andrade (1963:250), havia cerca de 30 a 35.000 membros das ligas no Estado de Pernambuco em 1963 e cerca de 80.000 membros em todo o Nordeste. Wilkie (1964:7) calcula cerca de 40.000 membros em 1964 em Pernambuco. Para uma proveitosa discussão sobre o movimento camponês no Brasil como um reflexo do apelo das massas de uma política de “vanguarda”, ver Leeds (1964). Leeds afirma que o movimento simplesmente substituiu os velhos patrões por novos patrões. Outro exame dos aspectos paternalistas do movimento pode ser encontrado no trabalho de Galjart (1964) e em uma réplica fornecida por Huizer (1965). Obregón (1967:329fs) fornece uma refutação desta posição. Para um relato completo dos acontecimentos políticos nacionais no Brasil desde 1930, ver Skidmore (1967).

⁶³ Julião acabou por romper com o líder da liga da Paraíba em Sapé, Assis Lemos, por causa de uma questão política. Lemos criticou a posição violenta de Julião, mas o problema verdadeiro parece ter sido o controle da liga (CIDA 1966:330-40). Parte da atração era certamente a força da liga de Sapé que contava com cerca de 10.000 membros no Estado, que tinha cerca de 40.000 associados ao todo (CIDA 1966:341).

⁶⁴ Muito se tem falado sobre a infiltração do Partido Comunista no movimento camponês. Embora o Partido Comunista certamente gostasse que lhe fosse creditado o movimento das Ligas Camponesas, (Borges 1962:260), e não se pode negar a influência que teve em algumas áreas, seria um erro grosseiro classificar, de modo generalizado, as associações camponesas independentes como comunistas.

esforços de se estender a legislação trabalhista às áreas rurais.⁶⁵ De fato, a maior preocupação do PCB, desde a fundação da primeira liga camponesa no nordeste em 1945-1946, foi pelas reivindicações mínimas de assistência jurídica, escolas, medicamentos e recursos funerários (Borges 1962:253), em vez de apelos por uma reforma agrária radical.⁶⁶

Ademais, os comunistas obviamente suspeitavam da autonomia das ligas e da independência de Julião. Eles desconfiavam do uso que Julião fazia do movimento camponês, acreditando que o estivesse manipulando para o seu engrandecimento pessoal, e temiam a sua emergência como líder carismático (Borges 1962: 259). Insistiam no fato de que o sucesso do movimento não dependia de lideranças pessoais, mas da organização e da legalização, não poupavam esforços para registrar as ligas na qualidade de sindicatos. É importante ressaltar que o Partido Comunista se estava organizando entre o proletariado rural e não entre os camponeses. Este fato o colocava em competição sobretudo com a Igreja Católica, e não tanto com Julião.⁶⁷ A sua discussão com Julião era mais no sentido de que o apelo político de Julião estimulava reivindicações radicais entre os camponeses, o que poderia ser prejudicial ao Partido. Eles temiam que a ação radical pudesse prejudicar os lentos avanços conseguidos através da legislação, e

⁶⁵ Obviamente a orientação comunista aos trabalhadores assalariados rurais era um reflexo de sua tendência para uma revolução proletária urbana. O Partido criticava Julião por ter tornado o movimento dos trabalhadores um apêndice do movimento camponês e de haver excluído o Partido Comunista de um papel na direção do movimento (Borges 1962:259).

⁶⁶ As primeiras ligas camponesas desapareceram quando o Partido Comunista Brasileiro foi declarado ilegal em 1974. No entanto, a atividade comunista nas áreas rurais começou novamente em 1962 (Borges 1962:253). Em 1954, o Partido Comunista fundou a ULTAB (União dos Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que é ativa nos Estados de São Paulo e do Ceará. Em São Paulo a União está alinhada com a Frente Agrária, um grupo Católico radical (Price 1957-58).

⁶⁷ A principal influência do Partido Comunista em Pernambuco parece ter sido nos maiores sindicatos da zona canavieira, onde eles eram mais bem organizados do que a Igreja (Price 1964:1-52). A Igreja, o Partido Comunista e as ligas camponesas parecem, às vezes, ter entrado em competição na mesma área. No entanto, parece que se estavam dirigindo a diferentes segmentos da população (tipos socioeconômicos) dentro daquela área. Uma pesquisa adicional sobre a composição exata do quadro de membros das diversas ligas e sindicatos camponeses traria uma contribuição valiosa para este assunto.

provocar uma reação extremada das elites proprietárias de terras,⁶⁸ um receio que, como veremos, provou ser bem fundado.

Os Sindicatos Rurais

O aspecto tutelar do movimento sindicalista rural é ainda mais evidente. A Igreja Católica trabalhava arduamente, desde o início de 1960, numa tentativa de estender sua influência aos trabalhadores de empresas agrícolas no Brasil. Os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja, em vários Estados, eram particularmente influentes nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e São Paulo e, em menor escala, nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Assim como os outros movimentos camponeses, os sindicatos patrocinados pela Igreja eram organizações altamente centralizadas sendo seus líderes membros dos mais esclarecidos do clero.⁶⁹

Há quem diga que os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja do Brasil se desenvolveram em resposta às ligas camponesas. É bem provável que o clero, tenha feito uma tentativa de contrabalançar a força política secularizada no campo. Ainda assim, é importante ressaltar que até recentemente os sindicatos atuavam quase exclusivamente entre o proletariado rural. Inspirada pela Encíclica Papal “Mater et Magistra”, a Igreja definiu o seu papel no movimento camponês como essencialmente reformista e conciliador, enfatizando melhorias na condição de vida do trabalhador assalariado, cooperação com o Governo federal e a

⁶⁸ O Partido Comunista pode ter temido um outro revés já que um movimento anterior já havia sido sufocado em 1945-1946, e também no Paraná em 1951 (Silva 1961:56-57). Celso Furtado afirmou, depois do golpe militar de 1964, que os comunistas também haviam criticado Goulart por considerar que ele estava andando depressa demais, pois temiam que ele pudesse provocar uma ação militar (comunicação pessoal). Skidmore (1967:225) observa que “o Partido Comunista Brasileiro estava trabalhando no sentido de forçar um Governo mais nacionalista e mais democrático dentro da estrutura existente”.

⁶⁹ Os sindicatos rurais na verdade tiveram sua origem no Estado do Rio Grande do Norte em 1949 quando o Bispo Eugênio Sales fundou o Serviço de Assistência Rural. Em 1963, já havia quarenta e oito sindicatos rurais no Estado, com um total de 48.000 membros (Price 1964:49). Segundo Wilkie (1964:7) 61 dos 62 sindicatos rurais da Federação de Pernambuco, que diz contar com 200.000 membros, são patrocinados pela Igreja. Feitosa Martins (1962:136-37) faz referência a um tremendo crescimento no movimento em São Paulo entre 1961 e 1962. Ver também Martins (1962).

inaplicabilidade do conceito de luta de classe no contexto brasileiro.⁷⁰ Sua preocupação principal era com o desenvolvimento de legislação trabalhista para o trabalhador assalariado rural.⁷¹

Padre Antônio Melo, pároco de palavra franca de Cabo, Pernambuco, criticava a Igreja Católica por seu papel conciliador no movimento camponês. Quando o entrevistei em agosto de 1967, Padre Melo acusava a Igreja de disfarçar suas motivações reais ao organizar os sindicatos rurais, observando que as suas ligações históricas com as elites agrárias a tornavam um advogado improvável de uma verdadeira reformaria. Criticou o clero por trabalhar essencialmente com os líderes sindicais treinados e não com os próprios camponeses e insinuou que seria necessária uma organização de raízes autênticas para pressionar a favor de verdadeiras reformas.⁷²

⁷⁰ Para uma avaliação da mescla de objetivos sociais, religiosos e econômicos dos sindicatos rurais patrocinados pela Igreja no Estado de São Paulo, ver Frei Celso (1963) e Feitosa Martins (1962). Dumoulin (1965:16) observa que a ênfase principal dos sindicatos no Rio Grande do Norte era em educação básica, extensão agrícola e desenvolvimento de uma boa cidadania. O interesse que tinham em abrir processos por disputas de terras era tão tênue que empregavam apenas um advogado. Uma declaração posterior sobre os objetivos do movimento e sobre sua natureza não-política pode ser encontrada na obra de Calazans (1961), *Syndical Primer for the Rural Worker in Rio Grande do Norte*.

Para um excelente balanço crítico geral das atividades dos Católicos de Esquerda, principalmente de seu papel no MEB (Movimento de Educação de Base) que cuidava da alfabetização de adultos, ver de Kadt (1970). A “cartilha” do movimento que acabou sendo suplantada por outra de conteúdo menos “político” divulgava a seguinte mensagem: “Como são as eleições no Brasil? Muitos eleitores votam no candidato do patrão. Muitos dão o seu voto em troca de sapatos, roupas ou remédios, outros por um emprego ou por dinheiro. Deve continuar esta situação? O voto significa consciência. Significa liberdade. Consciência não pode ser vendida. A liberdade não pode ser comprada” (citada em de Kadt, pág. 159). A cartilha tinha o título de *Viver é Lutar*. A transcrição acima foi retirada da lição nº 20.

⁷¹ Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho estendeu o salário-mínimo aos trabalhadores rurais, além do direito a férias anuais, regulamentação do contrato de trabalho, cláusulas referentes ao pagamento dos salários e o direito à notificação prévia do término do contrato de trabalho (Price 1964:7-8). O problema é verificar se esta legislação foi de fato aplicada no campo.

⁷² Na mesma entrevista, o Padre Melo criticou acerbamente o Bispo Dom Helder e o Padre Paulo Crespo, porta-voz do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) que era patrocinado pela Igreja, pela sua ação política que consistia em dirigir o sindicalismo rural de cima, trabalhando primordialmente com os líderes do movimento e não com os camponeses. Ver Crespo (1963) e Mitchell (1967) para visões mais amplas das diferentes posições destes dois homens. Por toda a parte os sindicatos rurais tentaram treinar líderes locais (Wilkie 1964:8; Feitosa Martins 1962:139). No entanto, Wilkie observa a contínua

Manifestando-se vigorosamente contra o uso da violência, Padre Melo defendeu a greve como a arma mais eficaz para a mudança. O jovem padre observou que liderara uma greve bem sucedida na zona da cana-de-açúcar de Pernambuco em 1963, que culminou num contrato de trabalho coletivo e num aumento salarial de oitenta por cento para duzentos mil trabalhadores rurais. Entretanto, mesmo que a greve possa ser uma arma eficaz nas mãos do proletariado rural, é preciso salientar que os avanços que dela resultam dependem de uma variedade de fatores que se encontram de novo fora do âmbito de influência dos trabalhadores. O sucesso daquela greve específica, segundo Furtado, foi que coincidiu com uma oposição declinante dos proprietários, uma vez que houve uma elevação concomitante nos preços internacionais do açúcar de 1962 a 1963 (1965:138). Aqueles proprietários que não queriam pagar o aumento salarial simplesmente ignoraram as cláusulas do acordo, despediram trabalhadores ou, em alguns casos, fecharam seus negócios.

Além da greve o Padre Melo acreditava na possibilidade de pressionar os senhores de engenhos através da oferta e demanda no mercado de trabalho. Ele sugeria a retirada de grandes contingentes de mão-de-obra, reinstalando os trabalhadores rurais em projetos de colonização ou em parcelas de meio hectare destacadas em torno de cidades e vilas agrícolas. Desse modo, acreditava que as usinas de açúcar seriam forçadas a realizar melhorias tecnológicas em suas operações, o que resultaria em um aumento dos lucros e numa tendência de aumentar os salários. Ao mesmo tempo, achava que as roças em redor de áreas populosas aliviariam sensivelmente o problema do suprimento de alimentos às áreas urbanas.

Embora o Padre Meio trabalhasse por mudanças dentro do sistema, ele se distinguiu da Igreja mais conservadora na medida em que reivindicava terra para o camponês e o trabalhador rural, mesmo que ainda de uma maneira paternalista.

importância da liderança de fora entre os sindicatos rurais de Pernambuco e o fato de que o assessor administrativo da federação recomendasse candidatos para presidente e para o conselho na época das eleições (1964:10).

A Crescente Radicalização e a Reação Oficial

O que na verdade havia começado a mudar, então, nestas duas décadas de agitação política, não eram bem as atitudes e motivações dos líderes populares, mas sim as condições do próprio campesinato. A distinção entre camponês rico, médio e pobre, tendo cada um deles diferente acesso à terra e aos meios de produção, é fato sabido de todos.⁷³ O camponês rico é o produtor de mercadorias que cultiva com fins comerciais utilizando mão-de-obra temporária. O camponês pobre é o desprovido de terra, e obrigado a vender o seu trabalho no mercado. O camponês médio encontra-se numa posição extremamente precária porque a sua terra é apenas adequada à subsistência nos melhores anos, e ele é constantemente ameaçado com a necessidade de vender o seu trabalho. Eric Wolf diz que justamente este “camponês médio” quem sofre as maiores pressões do sistema de comercialização. Portanto, é este o estrato da sociedade camponesa, conduzido pelos intermediários no sistema, que mais provavelmente participaria das revoluções camponesas (Wolf 1967:8-9).⁷⁴

Eu iria além, afirmando que foi este setor da sociedade agrária brasileira que deu ímpeto radical ao movimento camponês. Não foi o trabalhador assalariado quem fez as reivindicações radicais em favor de

⁷³ A distinção foi usada por Lênin, que acreditava que o camponês médio seria suprimido pela economia capitalista, deixando em cena os grupos extremos do proletariado rural e de fazendeiros capitalistas (1960b:181). Lênin também observa que o mercado é um fator capital na capacidade de as pequenas fazendas competirem com a fazenda altamente capitalizada (1960a:37). Para uma aplicação desta tipologia à zona rural de São Paulo, ver Vinhas (1963). Partindo de uma perspectiva estritamente empírica esta tipologia pode ser considerada insuficiente. Na realidade, estes tipos rurais se interligam constantemente, de modo que um mesmo homem pode ser um proprietário, um arrendatário, um parceiro, um empregado e um assalariado ao mesmo tempo em diferentes propriedades agrícolas. Souza (1956:289) descreve seis tipos diferentes de arrendatários no Vale do São Francisco e três tipos diferentes em São Paulo. CIDA (1966: 192fs.) oferece uma descrição da variedade de tipos camponeses no Brasil rural. Há também variações regionais.

⁷⁴ Sou de opinião que o intermediário local é quem está sendo forçado para fora do sistema de mercado interno pelas elites comerciais e é ele quem compartilha objetivos comuns com o camponês cuja posse da terra está sendo ameaçada. Anos de tensão entre os pescadores e as elites locais no município de Coruripé, no Estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil, explodiram em conflito armado quando policiais tentaram forçar os pescadores a vender o peixe diretamente aos consumidores, na praia, a preços mais baixos. As mulheres do povoado, conduzidas por uma vendedora ambulante de peixe, atacaram e mataram oito policiais, assegurando deste modo o seu lugar no mercado local (Forman 1970).

mudanças no sistema social, mas sim o arrendatário e o parceiro, ameaçados com a perda de sua terra.⁷⁵ O trabalhador assalariado preocupava-se essencialmente com o aumento de sua parcela na produção incrementada e com os benefícios de um salário mais elevado. Teoricamente, suas reivindicações podem ser atendidas através de legislação e não constituem, em si, uma ameaça ao sistema. O camponês, por outro lado, sabe que é um competidor improvável na nova arena comercial.

Ele está sendo deslocado por um sistema racionalizado de produção e de distribuição e, no Brasil, ele buscava mudanças fundamentais na estrutura agrária vigente. Suas reivindicações de ajustes no sistema de posse da terra eram radicais em sua própria natureza e estavam fadadas a provocar uma reação extrema por parte das elites agrárias.

Partindo deste fato fundamental, desenvolveram-se no Brasil distintos movimentos rurais com ideologias diversas. Ainda assim, estas organizações divergentes manifestavam solidariedade em inúmeras ocasiões. A tendência geral era no sentido de crescente radicalização e os grupos católicos radicais estavam na vanguarda da pressão por uma verdadeira reforma agrária. Esta tendência tem sido atribuída à infiltração comunista no movimento (Price 1964:54-55). No entanto, gostaria de aventar uma outra alternativa: que as reivindicações do camponês alinhado com o trabalhador rural, haviam se tornado dominantes no movimento rural. Assim, embora poucos padres tivessem apoiado as reivindicações extremistas da Declaração do Primeiro Congresso Nacional de Camponeses e de Trabalhadores Rurais, realizado em Belo Horizonte em 1961 (I Congresso 1962; Vera 1962:94-95), em 1963 o grupo que outrora havia sido conciliador, liderado por padres no Rio Grande do Norte, estava igualmente clamando por uma reforma agrária básica.⁷⁶

⁷⁵ Segundo Harding (1964:36), “organizações combativas de camponeses apareceram não nos setores vitais tais como o do café, do cacau, do açúcar e do gado, mas onde o paternalismo havia sido desmantelado e o conflito era mais intenso entre o camponês e o proprietário de terras; nas fazendas marginais que eram forçadas a competir com setores comerciais da agricultura mais modernizados; e em áreas de fronteira e nas terras próximas a cidades onde, em decorrência do aumento no valor da terra, os especuladores e os fazendeiros comerciais estavam tentando retirar a terra dos posseiros que haviam limpado e cultivado a terra”.

⁷⁶ O manifesto do encontro em Natal clamava por uma reforma radical baseada na expropriação da terra a ser paga com títulos do Governo a longo prazo e calculado sobre o

O desenvolvimento do movimento camponês no Estado do Paraná ilustra este ponto. O Primeiro Congresso de trabalhadores Rurais do Paraná realizou-se em 1960 em aparente harmonia com autoridades governamentais e com as elites políticas e econômicas locais. O tom do encontro foi substancialmente nacionalista, embora fosse também claramente reformista e não-revolucionário (Silva 1961:61). No entanto, em 1961, os líderes camponeses já denunciavam os ataques armados pelas polícias particulares dos proprietários de terras contra os agricultores. O Segundo Congresso, realizado em Maringá em 1961, tinha um tom bastante diferente, pedindo uma reforma agrária radical e a liquidação dos proprietários de terra como classe (Vera 1961:63-64). É importante observar os efeitos da economia cafeeira em expansão sobre o caráter destes encontros. Os últimos anos da década de 50 se haviam caracterizado como época de prosperidade generalizada no Paraná. Houve uma rápida expansão da fronteira agrícola, e os salários estavam efetivamente mais altos do que o salário mínimo legal, fato que atraiu um grande contingente de trabalhadores agrícolas para aquela região (CIDA 1966:234). Ainda assim, há indícios de que, aí também, a especulação de terras e as frequentes concentrações de propriedades através de revenda estavam deslocando os pequenos proprietários, numa tendência geral de concentração da propriedade (Wagley 1963:91-92; Frank 1967:198, 231). Acredito que foi mais o padecer deste campesinato do que as reivindicações do proletariado rural, que levou à violência e à crescente radicalização do movimento rural no Paraná.

Em minha opinião, a receptividade do Governo e dos latifundiários às exigências do proletariado rural tornou o movimento camponês mais audacioso como um todo. Puxado para a esquerda e empurrado pela direita, o Presidente João Goulart (Jango) procurou o apoio popular para a sua insegura Presidência. Pediu ao Congresso que desse aos analfabetos o direito do voto e estimulou os sindicatos rurais e as ligas camponesas, como um meio de solidificar as suas próprias bases políticas.⁷⁷ Ao mesmo tempo,

imposto e sobre o valor declarado da propriedade. Outras reivindicações incluíam o direito de voto para analfabetos, o estabelecimento de cooperativas e de garantias de preços para a produção e a estocagem, obtenção de crédito a longo prazo e a extensão de benefícios da previdência social a todos os trabalhadores rurais (*I Convenção* 1963).

⁷⁷ De 1946 a 1960 somente seis sindicatos rurais tiveram o reconhecimento do Ministério do Trabalho (Freitas Marcondes 1966:54). Durante o Governo de João Goulart, 266 sindicatos

ele não queria perder o controle sobre estes movimentos, como demonstrou claramente ao promulgar o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Embora o Estatuto tenha tentado vivificar cláusulas anteriormente ignoradas da legislação rural trabalhista (Price 1964:12), também tentava restabelecer o controle governamental sobre os fervilhantes movimentos rurais.⁷⁸ O apelo aos trabalhadores rurais bem como a extensão do sufrágio foram um exercício nos métodos de cooptação que Goulart havia aprendido tão bem como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (Schmitter 1971a:211).

O Estatuto do Trabalhador Rural era obviamente dirigido mais às reivindicações do proletariado rural do que aos problemas da verdadeira reforma agrária (Caio Prado 1963:6). A estrutura hierárquica da organização do sindicato (ver nota 60) e as exigências legais para o seu reconhecimento colocavam o movimento camponês sob controles burocráticos extremos, justamente aquilo que Julião havia lutado tanto para evitar. Além do mais, a divisão arbitrária dos tipos rurais em duas categorias gerais, de trabalhadores e empregados, não refletia as realidades sociológicas do campo brasileiro (Price 1964:16; Freitas Marcondes 1963:56; Caio Prado 1963:3). Por exemplo, os pequenos proprietários eram agrupados junto com os trabalhadores assalariados, arrendatários e posseiros, enquanto a inclusão do parceiro como trabalhador independente estava em desacordo com suas negociações com o proprietário que o empregava. Segundo o Estatuto, os sindicatos eram constituídos para lidar com as atividades econômicas da classe operária e a atividade política era estritamente proibida, *pelo menos em teoria*. A greve como uma arma

rurais foram reconhecidos (SUPRA 1963:18). Embora seja óbvio que o reconhecimento formal dos sindicatos dependesse da receptividade dos líderes políticos nacionais, o movimento já estava bastante sedimentado antes do início do Governo de Goulart. Ele, de modo algum, criou as reivindicações do campesinato, mas capitalizou sobre elas quando se tornaram suficientemente audíveis.

⁷⁸ Exames detalhados dos acontecimentos que levaram à derrubada do regime de Goulart podem ser encontradas em Skidmore (1963), Bello (1966), Schneider (1972) e Stepan (1971). O Estatuto do Trabalhador Rural era essencialmente um complemento à Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 (Price 1964:7-8). Teve uma longa história nas Comissões do Congresso brasileiro, tendo sua origem num projeto de lei enviado ao Congresso pelo Presidente Getúlio Vargas em 1954 (Price 1964:9-10). Ferrari (1963) relata os acontecimentos legislativos que cercaram a apresentação do projeto. Para uma compreensão das condições que o propiciaram e para uma explicação do Estatuto do Trabalhador Rural, ver Campanhole (1963) e Vianna (1963).

tornou-se ilegal. Ao invés disto, foram estabelecidos conselhos de arbitragem para solucionar as queixas nas áreas rurais.

A despeito desta aparente tentativa de aplacar ambos os lados do conflito, Goulart não conseguiu satisfazer nem a classe proprietária nem as classes operárias rurais. Os proprietários se fechavam a cada nova concessão às massas, ao passo que os camponeses e seus líderes interpretavam a aparente receptividade no palácio presidencial como um sinal verde para fazerem pressão no serviço de reformas mais radicais. Incapaz de fazer o Congresso passar a legislação pendente, inclusive a lei sobre a extensão do direito do voto aos analfabetos, Goulart finalmente usou seus poderes de decreto presidencial, um rumo que todos os Presidentes anteriores haviam hesitado em tomar. Numa grande concentração popular a 13 de março de 1964, ele fez uma ameaça inaceitável à propriedade privada decretando a nacionalização de todas as refinarias particulares de petróleo, e promulgando o nefasto decreto da Supra, que estabelecia a expropriação de todas as propriedades subutilizadas que excedessem 485,64 hectares e que estivessem localizadas a nove quilômetros das principais rodovias, e de terras que excedessem 28,329 hectares situadas a nove quilômetros de represas federais ou de projetos de irrigação ou de drenagem.

Como não houvesse uma emenda constitucional que estabelecesse o pagamento em títulos pelas terras expropriadas, e não houvesse recursos no Tesouro Federal para tais despesas, a aplicação do decreto significaria a tomada pura e simples da propriedade de seus donos. As linhas de batalha se delinearão de modo inepto. Depois de duas décadas de conciliação, o Presidente havia alienado tanto a burguesia industrial quanto a elite agrária, que já se manifestava de maneira cada vez mais violenta diante da agitação camponesa. Além disso, demonstrações e greves organizadas pelos estudantes e trabalhadores urbanos, a mobilização das massas e a inflação galopante enchiam a vulnerável classe média de medos de “comunismo e corrupção”, levando-a novamente a dar o seu decisivo apoio ao golpe militar que tomou o poder em 1º de abril de 1964.

A oposição da classe proprietária de terras ao movimento camponês é conhecida. Os fortes interesses agrários representados no Congresso resistiram sempre a reforma rural. A consolidação das Leis do Trabalho, que estabeleceu a sindicalização rural, também havia legitimado a

Confederação Rural Brasileira dos Proprietários de Terras, organizada para angariar ação coletiva em seu próprio benefício. A sua oposição, manifestada anteriormente em 1954, ao plano de reorganização rural de Goulart tinha contribuído para a sua saída do cargo de Ministro do Trabalho de Vargas (Wilkie 1964: 6). Numa manobra óbvia para reafirmar o seu controle sobre as fontes de mão-de-obra, a Confederação de novo protestou vigorosamente contra o movimento trabalhista rural de 1963.⁷⁹ Resumindo, a elite proprietária empenhava-se publicamente pela manutenção do *status quo* no Brasil rural, defendendo o seu direito, já consagrado pelo tempo, à hegemonia em seus próprios domínios.

No campo, o uso flagrante do poder privado voltou à moda. A ameaça de invasão de terra e os assaltos aos mercados locais por camponeses famintos haviam colocado a classe proprietária num alerta permanente. As forças da polícia particular — e, às vezes, até mesmo a pública — realizavam represálias contra os camponeses em todas as regiões do país. No Estado nordestino do Paraíba o temido Esquadrão da Morte permanecia alerta e pronto a executar os pedidos mais terríveis dos patrões. No Estado de Alagoas, os proprietários residentes se uniram em bandos para se defenderem contra qualquer ataque por parte das ligas camponesas. Eles se orgulhavam de mostrar o arsenal que haviam armazenado nas casas de fazenda para “deter a maré de comunismo no Brasil”. Seus temores eram ainda mais exacerbados pelos relatos exagerados que apareciam na imprensa e eles começaram a reagir com violência à menor provocação. O encontro da liga camponesa a que compareci em 1962 em Pernambuco e que descrevi no início deste livro terminou com um assalto armado ao humilde grupo que se encontrava na praça principal da cidade. A reunião havia sido convocada com a finalidade de protestar, pacificamente, contra a destruição da plantação de mandioca de uma moradora por um proprietário com o intento de tirá-la da sua roça. O encontro terminou quando o pároco local, de dentro da santidade de sua igreja, dirigiu o povo da cidade numa contra demonstração violenta, deixando o saldo de pelo menos um camponês ferido e um garoto de doze anos de idade morto, com uma bala

⁷⁹ Esta associação veio a ser conhecida como Confederação Nacional da Agricultura depois da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Há quem sustente que o movimento era uma organização fraca. No entanto, no final de 1961 havia 1711 associações semelhantes com 240.120 associados, a maioria no Sul, Leste e Nordeste (*Desenvolvimento e Conjuntura* 1964a:33).

na cabeça. As represálias subseqüentes aumentaram consideravelmente este saldo.

O golpe de estado militar, que obrigou João Goulart a deixar a presidência em 1º de abril de 1964, estendeu o seu expurgo até o nível local do movimento político camponês. As ligas camponesas e as associações independentes foram desmanteladas e muitos de seus líderes presos. Francisco Julião passou muitos meses numa prisão militar antes de poder partir para o exílio no México. Os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja receberam permissão para continuar suas atividades, mas com interventores governamentais nos papéis de liderança (SORPE 1967).⁸⁰ Os líderes dos movimentos políticos haviam sido removidos e os participantes estavam refreados e silenciados. Mesmo assim, tornou-se óbvio que seria impossível fazer desaparecer totalmente o movimento camponês simplesmente legislando contra seus líderes.

A direção que vai tomar agora o movimento camponês dependerá da receptividade do atual regime militar e da sua política com respeito à reforma agrária. Segundo o então diretor do IBRA, o clima político anterior a abril de 1964 era sensacionalista e demagógico, mas o “governo revolucionário... optou por uma solução democrática, baseada no estímulo à propriedade privada, nos direitos do proprietário da fazenda aos frutos de seu trabalho, e, naturalmente, no aumento da produção, reintegrando a propriedade na sua função social natural e condicionando o seu uso ao bem-estar geral” (Cantanhede 1967:7). Com este objetivo o primeiro governo militar, sob a presidência do General Castelo Branco, decretou uma lei de reforma agrária em 1964, que deu poderes ao Governo Federal para realizar uma pesquisa cadastral completa sobre o Brasil, instituir um imposto territorial progressivo, exercer controle sobre os contratos de trabalho rurais, supervisionar e demarcar as terras públicas, expropriar terras

⁸⁰ O sindicato rural do Padre Melo em Cabo, no Estado de Pernambuco, não foi tocado, pois, segundo ele, “os militares têm medo de sua língua”. Em 1966 o movimento retornou a liderança clerical, mas o Governo mantém um controle rigoroso. O enfraquecimento dos sindicatos rurais é evidenciado pelo fato de que caíram consideravelmente as arrecadações de trabalhadores rurais destinadas a eles. Em 1964 e 1965, 1.691 patrões recolheram contribuições sindicais de seus trabalhadores, enquanto em 1966 e 1967 foram feitas somente 555 arrecadações (SORPE 1967).

mediante pagamento em títulos,⁸¹ colonizar e estabelecer cooperativas, fornecer assistência geral e proteção à economia rural (Cantanhede 1967:12). Além disso, Castelo Branco estendeu o direito de greve aos trabalhadores rurais. De acordo com um decreto presidencial de 1965, todos os trabalhadores rurais na zona canavieira tinham o direito de receber, depois de um ano de serviço contínuo, até dois hectares de terra próximos à sua casa “suficientes para plantar e criar gado em proporção necessária a sua subsistência e a de sua família” (SORPE 1967).

Entretanto, os objetivos do Governo de transformar os trabalhadores mais os arrendatários e os parceiros, em uma classe média rural, estimulando o desenvolvimento de pequenas propriedades através de cooperativas, modernizando e democratizando as fazendas médias e grandes, (Cantanhede 1967:8), ainda estão longe de se concretizar. A especulação e a concentração da propriedade continuam em todo o Brasil — até mesmo nas fronteiras (CIDA 1966:104). A comercialização da agricultura realiza-se mais rapidamente do que o planejamento do Governo e os camponeses continuam a ser expulsos das suas terras, “abandonando a agricultura de subsistência que supre de gêneros alimentícios os mercados...” como consequência (*Jornal do Comércio* 13/8/67:13). O setor agrícola da economia brasileira continua em um ciclo que o Governo parece incapaz ou não desejoso de romper.

Epílogo: A Política Rural e a Formação do Estado Administrativo

Se, como argumenta Oliveira Vianna, “... o decênio da Regência havia instruído Pedro II dos perigos das autonomias locais, do incurável personalismo dos nossos políticos e das nossas organizações partidárias” (1938:313), as décadas da Segunda República tinham sido igualmente instrutivas. Os militares agiram rapidamente depois do golpe militar de 1964, para institucionalizar a tendência histórica de um Governo autoritário, expurgando o sistema de sua “semicompetividade” e de seu “populismo” (Schmitter 1971b:15).⁸² Em poucos anos, uma dezena de Atos

⁸¹ Skidmore (1967:318) observa que foi garantida ampla proteção aos proprietários de terra, inclusive garantias contra a desvalorização da moeda para os possuidores de títulos do Governo.

⁸² Para uma análise extremamente perspicaz do sistema sociopolítico brasileiro, ou simplesmente do *sistema* anterior ao golpe de 1964, ver Schmitter (1971a). Para uma

Institucionais, mais de cinco dezenas de Atos Complementares, uma nova Constituição (em 1967) e milhares de decretos e de leis ceifaram toda oposição legítima e garantiram a autoridade do estado administrativo.

O Brasil renunciou à política em proveito da ação do Governo. Ao eliminar as eleições diretas para Presidente, e também ao se conceder o poder de veto sobre o Congresso e o direito máximo de fechá-lo, tal como as assembleias legislativas estaduais, o regime eliminou de fato o impasse entre o Legislativo e o Executivo que havia imobilizado o Governo civil nos últimos dias da Segunda República. Ao nomear interventores em alguns Estados e ao indicar candidatos para governador em outras assembleias legislativas, reduziu completamente a importância dos Estados na vida política nacional. Ao reestruturar o sistema multipartidário em um partido majoritário, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e uma oposição minoritária, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o regime monopolizou todos os canais legais do poder político.

Não é de surpreender, pois, que diversos elementos fortemente recordativos do Segundo Império e do Estado Novo possam ser percebidos nesta última reorganização da política brasileira. A diferença dramática está nos seus efeitos, pois os militares brasileiros, na década de 1970, demonstraram a sua intenção de realizar a completa centralização do Estado. Por meio de “... intensa concentração dos recursos decisórios no *centro* e a extensa penetração das agências governamentais da *periferia*” (Schmitter 1971b:42), eles demonstraram que são capazes de transformar a vida política da nação. No entanto, o seu mais importante rompimento com o passado está na evidente falta do espírito de conciliação e de transigência que caracterizava os regimes anteriores. Através do uso sem precedentes de prisões arbitrárias e de torturas, do cancelamento de mandatos e da cassação dos direitos políticos, do total descaso pelos direitos de livre expressão e de livre associação, da demissão em massa de professores universitários e dos expurgos dos líderes de sindicatos e de outras associações, três governos militares sucessivos têm mantido o controle da nação brasileira.

A documentação dos resultados destas e de outras medidas no nível municipal naturalmente exigirá uma futura pesquisa em várias localidades.

brilhante acusação dirigida ao funcionamento geral do regime a partir de 1964, ver Schmitter (1971b). Uma visão alternativa do regime pode ser encontrada em Schneider (1972).

Entretanto, já se pode observar um certo número de tendências. A principal delas é o fim da “política de sempre”. Um editorial de um dos mais importantes jornais do país, falando a propósito da investigação sobre a política partidária nos Estados nordestinos, no verão de 1971, deplorava a indiferença dos governadores em relação à estrutura dos partidos, a qual, ao que se dizia, “desacreditava os políticos profissionais”. “Os Estados”, lamentava ele, “estão mais interessados na administração do que na política”(*Jornal do Brasil* 15-16/8/71).

Na verdade, a supressão do sistema multipartidário em 1965 e a suspensão das eleições diretas para governadores estaduais e para Presidente, despolitizaram não somente os Estados mas também as municipalidades. Em muitas áreas rurais, o novo sistema bipartidário facilmente acomodou-se às antigas estruturas políticas. O partido majoritário simplesmente trocou de nome para Arena e o MDB recolheu os pedaços da oposição. Em outras áreas, no entanto, os oligarcas entrincheirados modificaram a “política de adesão” da República Velha, optando por um sistema de partido único no qual os candidatos da oposição ocasionalmente disputam as sublegendas sob uma legenda da Arena. Em qualquer um dos casos, o sistema político extremamente competitivo da Segunda República deixou de manifestar-se. Uma deliciosa descrição da mudança ocorrida em um município do Nordeste apareceu em número recente de uma conhecida revista brasileira:

Até 1964, Propriá (população: 18.386 habitantes) era uma das cidades de maior agitação política do baixo São Francisco. Eram comuns os assassinatos políticos e todo o mundo ainda se lembra da ocasião em que um deputado estadual, líder do Governador Seixas Dória, sequestrou o pai do Governador, um senhor de mais de setenta anos, fazendeiro em Propriá, para garantir que Seixas cumpriria a promessa feita aos trabalhadores nos arrozais da região.

Manuel Fontes de Almeida, de sessenta anos de idade, conhecido como Zinho, pai de seis filhos e escrivão do registro civil, ressalta com uma gargalhada sua afirmação de que tudo isto terminou: “A política aqui agora é menos politizada e mais civilizada. Você não vota mais no partido, nem mesmo no chefe político, mas no candidato. Graças a Deus, o MDB e a Arena são exatamente a mesma coisa. Felizmente nós estamos muito avançados neste sentido” (*Realidade*, Nº 74, 5/72, p. 167).

A razão para este avanço é clara. O sistema de vantagens e o faccionalismo que o acompanha estão desaparecendo da vida rural brasileira. Embora os prefeitos e os vereadores ainda sejam eleitos por voto direto, a sua eleição é independente das outras e os recursos que eles precisam mobilizar deixaram de depender da obtenção do voto. Nos municípios a ênfase está na administração, não na política, desde que os militares começaram a empreender a “portugalização” do campo (Riegelhaupt 1971; Schmitter 1971b).

Mais uma vez o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade pelos assuntos do Governo local mas desta vez demonstrando tanto o seu intento quanto o seu poder de intervir diretamente nos municípios, sempre que os intentes privados parecessem ameaçar a administração adequada de seus programas. Talvez o fator mais importante, neste sentido, seja a nova política fiscal do Governo. Enquanto a Constituição de 1946 tinha tornado os municípios dependentes financeiramente dos Estados, a Constituição de 1967 transferiu inteiramente a responsabilidade pelos impostos municipais inclusive o importantíssimo imposto territorial e a partilha da renda para o Governo federal. Uma série de decretos exige agora que o prefeito apresente projetos para a aplicação da renda às agências federais competentes, como condição para poder receber quaisquer recursos, e que se publique a contabilidade completa de seus dispêndios no final de cada período fiscal. O Artigo 23 do Ato Institucional Nº 11 (Outubro de 1965)⁸³ declara que:

O uso irregular, pelo prefeito, das rendas arrecadadas e alocadas à municipalidade pela União Federal constitui crime contra o erário público. Nesses casos será iniciado um processo criminal pelo Ministério Público ou por um terço (1/3) dos membros da Câmara de Vereadores.

Nitidamente, os militares parecem estar assegurando o cumprimento da lei. Reportagens de jornais e entrevistas que realizei durante meu trabalho de campo em 1971 indicam que o longo braço da lei agora se estende até as municipalidades mais remotas. O Governo, inclusive, já suspendeu prefeitos e iniciou processos contra eles por “crimes contra o erário público”. Em um caso, amplamente noticiado, o prefeito de um

⁸³ Os textos dos Atos Institucionais podem ser encontrados em Burns (1972). Para atos e decretos especificamente relacionados às municipalidades, ver IBAM (1967a e 1967b).

pequeno município no Piauí foi suspenso e processado por não ter completado a construção de um grupo escolar. A ameaça da justiça federal, administrada por um judiciário fortalecido — tanto civil quanto militar — torna pouco provável que os potentados locais se animem a desafiar as leis de impostos, ou que usem indevidamente os recursos públicos. Ainda mais significativo, do ponto de vista das massas rurais, é o fato de que uma polícia estadual reforçada tenha ficado subordinada ao Exército federal, e que agora a nomeação de seu comando venha de fora do município, libertando-a, deste modo, das limitações clientelistas locais. A justiça privada está cedendo lugar ao poder público. Como adverte o *Manual do prefeito* “... o prefeito não está subordinado a nenhuma autoridade, mas somente à lei” (IBAM 1967:11).

À luz de minha interpretação da história política brasileira, inicialmente pode parecer paradoxal que os interesses agrários tenham aquiescido tão prontamente à perda de sua autonomia nos municípios. No entanto, há uma lógica óbvia na sua disposição de aceitar a autoridade pública, já que a nova classe proprietária se tornou a guardiã da *ordem* e a colhedora do *progresso* no novo Estado brasileiro. Tendo decidido que preferia ser rica a ser poderosa, a classe proprietária “... de bom grado trocou as suas pretensões de hegemonia política pela segurança econômica; o seu ‘direito de mandar’ pelo ‘direito de fazer dinheiro’” (Schmitter 1971:10). Além disso, a classe ganhou dos militares algumas concessões importantes, uma das quais o aparente desprezo pela Lei de Reforma Agrária de 1964, que fora instituída para estimular a produção nas terras não-utilizadas — ou então a sua venda — através da cobrança desproporcional de impostos sobre as propriedades improdutivas (Stepan 1971:233, 236).⁸⁴

Quando, no verão de 1971, retornei ao município de Guaiamu, os proprietários da usina de açúcar prontamente negaram qualquer atividade

⁸⁴ A Lei da Reforma Agrária de 1964 concedia poderes ao Governo federal para efetuar um levantamento cadastral completo no Brasil, para instituir impostos progressivos sobre a terra, para exercer controle sobre os contratos de trabalho rural, para supervisionar e demarcar as terras públicas, para expropriar terras mediante pagamento em títulos (com garantias contra a desvalorização da moeda), para colonizar e estabelecer cooperativas, e para fornecer assistência e proteção generalizadas à economia rural. Talvez o aspecto mais significativo da lei de reforma agrária tenha sido o início, em 1965, do levantamento cadastral feito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

política. Ela não era necessária. O Sr. L. havia perdido suas imunidades parlamentares e seus direitos políticos. O Governo tira toda a ilusão, da parte dos manda-chuvas locais, de que continuariam a exercer o seu tradicional poder discricionário, e os usineiros davam-se por satisfeitos em deixar a política seguir o seu curso. O MDB não funcionava a nível local, ou seja, a nível municipal. Em vez disto, os candidatos da oposição concorriam em sublegendas para a prefeitura e para a Câmara de Vereadores. Em Coqueiral o faccionalismo parecia haver desaparecido. O antigo líder do PSP era o herdeiro aparente do antigo líder da UDN, agora Arena, e presidente da Colônia de Pescadores.

A paz havia retornado a Guaiamu e, com ela, a prosperidade. A usina de açúcar mostrava um crescimento sem precedentes. A produção anual havia aumentado de trezentas mil sacas nos turbulentos anos de 1964 e 1965 para seiscentas mil sacas em 1967 e um milhão de sacas em 1971. Ao mesmo tempo, como resultado da mecanização, o número de trabalhadores empregados na usina havia sido reduzido para menos de duzentos. Embora a propriedade da usina não tivesse se expandido, os fornecedores independentes de cana estavam apoderando-se vorazmente dos antigos arrendamentos, a fim de satisfazer a demanda da usina. Antecipando-se à eletrificação do Estado pela hidrelétrica de Paulo Afonso, os usineiros investiram a sua nova riqueza em uma fábrica de postes e estavam vendendo as estacas de concreto para as vilas e os povoados da região. Algumas das pequenas casas de estuque dos trabalhadores já estavam eletrificadas! Os cento e cinquenta quilômetros de estrada entre a capital do Estado e a sede da usina foram asfaltados, por iniciativa dos proprietários e foi instalado um sistema de telefones interurbanos para seu uso. Os usineiros e os seus principais fornecedores viajavam agora da cidade para o interior em carros de fabricação brasileira, geralmente Chevrolets-Impalas ou Ford Galaxies, sempre novos em folha.

É certo que a *Ordem* e o *Progresso* haviam chegado a Guaiamu, mas junto veio o abismo entre ricos e pobres: os que possuem e os despossuídos, os privilegiados e os desfavorecidos, diferenças essas que se tornaram ainda

mais acentuadas. Os camponeses e os trabalhadores rurais não colheram nenhum dos benefícios.⁸⁵

Embora tenham ocorrido progressos significativos em todos os setores da economia brasileira desde 1964, estes proveitos foram “... contrabalançados por uma política social que não favorecia as classes baixas...” (Stepan 1971:263). Reconhecendo que os segmentos mais pobres da população das cidades nordestinas foram os mais atingidos pelas políticas governamentais, o Presidente declarou recentemente que “a economia pode estar indo muito bem, mas a maioria do povo vai mal” (citado por Schmitter 1971b:24). A população rural parece estar condenada à maior pauperização. A extensão dos benefícios da previdência social aos camponeses “aposentados” e aos lavradores com mais de sessenta e cinco anos de idade que possam comprovar ter trabalhado nos últimos dois anos ecoa a previdência social dos anos de Vargas e serve meramente como paliativo às enormes mazelas sociais do campo. Do mesmo modo, o retorno de sindicatos de trabalhadores rurais, trezentos dos quais foram formados no primeiro ano do novo regime (Schmitter 1971a:212), parece ser um esforço deliberado para controlar previamente as organizações independentes.⁸⁶ Embora o Governo federal tivesse estabelecido quotas de alfabetização para cada município, terminaram as marcantes campanhas do Movimento de Educação de Base (MEB), e o esforço principal que se faz hoje no campo da educação consiste no treinamento de pessoal qualificado para ofícios de nível médio nos centros urbanos. Estes ofícios estão aparentemente fora do alcance do migrante rural.

Defrontados com as extensas favelas estabelecidas na periferia de Brasília, o símbolo monumental da unidade e da “integração” nacional, os militares estavam tomando providências no sentido de diminuir a torrente

⁸⁵ Como observou Harris (1956:103), os brasileiros do campo encaram qualquer progresso como dependente de ações do *Governo*, independentemente do que o progresso possa representar, de quem sejam os beneficiários ou de quem tenha iniciado o processo. Ao regime atual é creditada a vinda do progresso a Guaiamu, embora muito poucos indivíduos se tenham dele beneficiado.

⁸⁶ Significativamente a Federação dos Sindicatos Rurais de Pernambuco, que originalmente compreendia um quadro de membros compostos quase exclusivamente de trabalhadores rurais, foi dividida, depois de 1964, em três federações, uma de assalariados, uma de parceiros e de arrendatários fixos, e outra de pequenos proprietários que não são empregadores.

de migração rural urbana. Estabeleceram-se “barreiras” nas principais estradas de acesso às mais importantes capitais do Sul na ocasião da seca de 1970 a 1971, quando houve grandes migrações vindas do Nordeste. Acredita-se que somente naquela região cerca de quatrocentos mil camponeses tenham sido organizados em frentes de trabalho. Um anúncio apareceu num jornal do Rio de Janeiro no verão de 1971, assinado por uma associação de migrantes quase desconhecida, oferecendo passagens aéreas gratuitas àqueles que desejassem retornar a seu Estado de origem.

A verdadeira panaceia do governo militar, entretanto, é a Transamazônica, a incrível estrada que promete (ou ameaça?) abrir uma enorme fronteira tropical para migrações em massa de camponeses e de lavradores. Estaria aberta, igualmente, a latifundiários cujas desenfreadas especulações de terras constituiriam uma ampla advertência de que a “revolução redentora” (Buarque de Hollanda 1936:150) de 1964 pode estar revivendo a crise agrária em uma escala maciça. Qualquer que seja o raso, a construção da estrada e a construção da nação caminham de mãos dadas, enquanto à margem da estrada as massas rurais observam a triunfal marcha do progresso.